

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 169

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 19 DE NOVEMBRO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Luiz Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Cezar Silvestri</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Justus (licenciado) - Plauto Miró Guimarães; PTB - 07: Carlos Simões - Custódio da Silva - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Tiago Amorim Novaes - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 118ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
19 DE NOVEMBRO DE 2001**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Nelson Garcia e Ricardo Maia.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Custódio da Silva, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Tiago Amorim Novaes; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está em votação a Ata que acaba de ser lida.
Aprovada.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. ADEMAR TRAIANO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

A Mesa defere e procederá à chamada nominal dos senhores deputados.

(É procedida a chamada nominal)

Em votação a Ata.

Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 3895

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 199/2001, de minha autoria que autoriza o Poder Executivo a instituir o Conselho Estadual de Distribuição de Cadáveres, no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 19.11.2001.

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO Nº 3896

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 530/2001, de minha autoria que dispõe sobre a fiscalização, fabrico, comércio, transporte e uso de fogos de artifício no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 19.11.2001.

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO Nº 3891

Senhor Presidente.

Tendo em vista a justificativa em anexo, os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e, com base no artigo 3º da Constituição Estadual e no artigo 36 do Regimento Interno desta Casa, REQUEREM após ouvido o douto Plenário, a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por 13 (treze) membros, com prazo de duração de 120 (cento e vinte) dias, para investigar e apurar responsabilidades quanto a violência no trânsito em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 19.11.2001.

(aa) DURVAL AMARAL, VALDIR ROSSONI, ADEMAR TRAIANO, LUIZ CARLOS MARTINS, RICARDO MAIA, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, CARLOS SIMÕES, MOYSÉS LEÔNIDAS, DUÍLIO GENARI, CESAR SELEME, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, NELSON TURECK, EDNO GUIMARÃES, FER-

NANDO RIBAS CARLI, LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO, HIDEKAZU TAKAYAMA, LUIZ ACCORSI, DIVANIR BRAZ PALMA, ELIO RUSCH, NELSON GARCIA, CLEITON KIELSE, MILTINHO PUPPIO e BASÍLIO ZANUSO.

JUSTIFICATIVA:

A violência no trânsito ganhou proporções alarmantes em nosso Estado, ceifando vidas e causando prejuízos materiais. Vem crescendo de forma assustadora o número de vítimas em acidentes de trânsito no Paraná.

Urge, pois investigar suas causas em profundidade. Segundo dados oficiais fornecidos pelo Detran, as vítimas de trânsito, no Paraná, no ano de 2000, somaram 38.390 (fatais e não fatais). Tem sido freqüentes as manchetes, nas edições de segunda-feira de nossos jornais com o título: “final de semana violento no trânsito”. Só em Curitiba, no último final de semana, foram dez mortes em acidentes.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, comunicar acerca de sua viagem a Brasília, Distrito Federal, nos dias 21 e 22 do corrente mês, onde estará em audiência nos Ministérios da Agricultura e da Saúde e Câmara Federal.

Sala das Sessões, em 19.11.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem valor de comunicação de viagem para Capital Federal, Brasília, onde o deputado estará representando o povo paranaense em audiências no Ministério da Agricultura, no Ministério da Saúde e na Câmara Federal.

REQUERIMENTO Nº 3870

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUEREM à Presidência desta Casa de Leis, que convide o senhor Nelton Friedrich (Coordenador do Fórum Popular contra a Venda da Copel), para que compareça ao Plenário na Sessão Ordinária do próximo dia 26 de novembro de 2001, representando a grande maioria da população paranaense e as entidades que compõem o mesmo, para dar explicações sobre a campanha que vem sendo desenvolvida se opondo ao processo de privatização da Companhia Paranaense de Energia.

Sala das Sessões, em 19.11.2001.

(aa) LUIZ CARLOS ZUK, ELI GHELLERE, WALDYR PUGLIESI, ORLANDO PESSUTI, ADEMIR BIER e ANTONIO ANIBELLI.

REQUERIMENTO Nº 3846

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, a consignação, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do professor Sydnei Lima Santos, fundador e reitor da Universidade Tuiuti, ocorrido em 18 de novembro/2001, nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19.11.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 76 anos de idade faleceu, nesta Capital, em data de ontem, o professor e ex-militar do Exército, Sydnei Lima Santos que nasceu em 28 de agosto de 1925, na Capital do Rio de Janeiro.

O professor Sydnei Lima Santos, pelo importante trabalho desenvolvimento em benefício de toda a população foi merecidamente agraciado com os títulos de Cidadão Honorário de Curitiba e do Paraná, pois exerceu o mandato de vereador nesta Capital. Sydnei teve quatro filhos, um deles já falecido, e seis netos.

Seu passamento veio abrir lacuna difícil de ser preenchida não apenas entre seus parentes e amigos, mas entre os seus alunos e toda a população do Paraná.

Sydnei Lima Santos veio para Curitiba com 26 anos, investindo na criação de instituições de ensino, transformando um pequeno curso preparatório numa grande potência do ramo educacional.

Sempre manteve seus familiares envolvidos em seus negócios. As três pró-reitorias são comandadas pelos filhos.

O magnífico reitor da Universidade Tuiuti, Professor Sydnei, era militar do Exército e veio para Curitiba como aspirante. Em 1958, começou a dar aulas particulares de matemática e física em casa, onde abriu um curso preparatório para o exame de admissão ao Colégio Militar. O Curso se expandiu e, em 1966, ele fundou a Sociedade Educacional Tuiuti Ltda, mantenedora do então Colégio Tuiuti.

O sucesso do ensino fundamental e médio incentivou a oferta de cursos de nível superior. E em 1973, a instituição recebeu autorização para abrir os cursos de Pedagogia, Letras e Psicologia, reconhecidos em 1976. E os cursos de especialização foram criados em 1980. Em 1987, a Tuiuti criou o Centro de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão. A oferta de curso de graduação e pós-graduação aumentou gradativamente, até que foram criadas as Faculdades Integradas Tuiuti, em 1993.

Do Curso Preparatório, do Colégio e da Faculdade, nasceu a Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), credenciada em 07 de julho de 1997. Em todo esse trajeto, até o dia em que ficou doente, o professor Sydnei esteve no comando do império que construiu. O campus do Champagnat ficou pequeno para o porte da instituição, que tem hoje oito campus e sete faculdades: Ciências Biológicas e da Saúde; Ciências Humanas; Letras e Artes; Ciências Jurídicas; Ciências Agrárias; Ciências Exatas e Tecnológicas; Ciências Sociais Aplicadas; e Aeronáutica.

A Tuiuti oferece 38 cursos de graduação, 40 de especialização, quatro de mestrado e um de doutorado, em convênio com a Universidade de Liège, na Bélgica. A instituição também tenta se destacar como um centro de pesquisa - mais de 150 em andamento. Cerca de 1.000 professores e 600 funcionários trabalham na Universidade para atender 17 mil alunos.

A carreira que Sydnei escolheu é, sem dúvida trabalhosa e ingrata, mas quão sublime e heróico não foi o sacerdócio do magistério?

Pois, arrancar almas da ignorância, iluminar espíritos imersos em trevas, semear nos corações dos jovens a virtude e o bem, não foi isto tudo um programa de apostolado dos mais elevados a que alguém possa se entregar?

Sydnei Lima Santos era graduado em Matemática e em Psicologia e pós-graduado em Orientação Educacional, pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR).

Sua carreira, professor Sydnei, temos certeza, apresentou-se cheia de espinhos e dificuldades, mas ao lembrar-mos que a juventude, matéria-prima da humanidade, manterá sempre viva em sua memória seus ensinamentos, pois foi para os alunos um pai carinhoso que soube compreender as fraquezas e os defeitos, cremos que mereceu um lugar entre os escolhidos do Pai Eterno. Seu coração sempre cheio de ternura e de compreensão nunca pesou sacrifícios nem poupou esforços para encaminhá-la na senda da virtude e do dever.

As luzes de seu espírito culto, uniu-se o calor bondoso do coração. Energia e bondade foram as grandes qualidades de que deu provas durante todo o tempo entre diretores, funcionários, alunos e colaboradores.

O céu será grande e a paz sobre Sydnei Lima Santos e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Sua lealdade, sua coragem, sua prudência nunca destemidas são outras tantas qualidades que procuraremos cultivar como homenagem que lhe devemos.

Aceite pois, amigo Sydnei, nossas despedidas comovidas e a prece que dirigimos ao Todo-Poderoso, para que lhe dê o merecido repouso. Descanse em paz.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Lima Santos, endereçando a ela votos de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 3850

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em Ata dos Trabalhos deste Poder Legislativo, votos de pesar, pelo falecimento do professor Sydnei Lima Santos, magnífico Reitor da

Universidade Tuiuti do Paraná, ocorrido no dia 18 do corrente mês.

Requer ainda, que após aprovado pelo Plenário desta augusta Casa de Lei, seja enviado cópia do presente requerimento à família enlutada, sito à Rua Sydnei Antonio Rangel Santos, nº 238 - Santo Inácio - CEP 82010-210 - Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 19.11.2001.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O professor Sydnei Lima Santos, nasceu em 28.08.25, na cidade do Rio de Janeiro - RJ. Em 1951 veio para Curitiba, como militar do Exército. Em 1958 começou dar aulas particulares de matemática e física. O sucesso foi tão grande que em 1966 o professor Sydnei fundou a Sociedade Civil Educacional Tuiuti Ltda, que aos poucos foi se transformando num dos mais respeitados estabelecimentos de ensino do Paraná, chegando ao status de "Universidade Tuiuti do Paraná", em 07.07.97.

O professor Sydnei Lima Santos deixa uma grande lacuna no ensino paranaense, bem como um legado de vida pública que sem dúvida alguma, servirá de referencial para as futuras gerações de educadores de nosso Estado.

Face ao exposto, e considerando a importância dos trabalhos realizados pelo professor Sydnei em prol da coletividade, durante sua existência, como educador e ser humano, é que proponho que seja concedido por esta augusta Casa de Leis, o presente voto de pesar.

REQUERIMENTO Nº 3854

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de votos de profundo pesar pelo falecimento do professor Sydnei Lima Santos, fundador e reitor de Universidade Tuiuti, ocorrido em nossa Capital no último dia 18 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 19.11.2001.

(a) CUSTÓDIO DA SILVA

Apoiamento:

Luiz Carlos Zuk.

JUSTIFICATIVA:

O professor e ex-militar do Exército, Sydnei Lima Santos, nasceu em 28 de agosto de 1925, na capital do Rio de Janeiro. Veio com 26 anos para Curitiba, onde investiu, por mais de quatro décadas, na criação de instituições de ensino.

Graduado em Matemática e em Psicologia e Pós-Graduado em Orientação Educacional, pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná o professor Sydnei Lima Santos, movido pelo ideal inabalável, fundou a Sociedade Educacional Tuiuti Ltda, mantenedora do então Colégio Tuiuti, a Universidade Tuiuti que oferece 38 cursos de graduação, 40 de especialização, quatro de mestrado e um de doutorado, em convênio com a Univer-

sidade de Liège, na Bélgica. A instituição também se destaca como um centro de pesquisa - mais de 150 em andamento. Cerca de 1000 professor e 600 funcionários e quase 17 mil alunos.

O falecimento do professor Sydnei Lima Santos, deixa uma grande lacuna no ensino paranaense, enlutando não só seus familiares como também o Estado do Paraná pela irreparável perda.

REQUERIMENTO Nº 3861

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de pesar, pelo falecimento do professor Sydnei Lima Santos, ocorrido no dia 18 de novembro do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência a seus familiares através de correspondência a ser encaminhada à Rua Sidnei Antonio Santos, 238 - CEP 82010-330-Santo Inácio - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 19.11.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3865

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos desta Casa, voto de pesar pelo falecimento do coronel Sydnei Lima Santos, magnífico Reitor da Universidade Tuiuti do Paraná, ocorrido ontem, nesta Capital.

Requer, ainda, dê-se ciência deste requerimento à família do extinta, à Av. Manoel Ribas, 707 - ap. 31-Bairro Mercês, em Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 19.11.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Internado há quase uma semana, no Hospital Santa Cruz, vítima de derrame cerebral, o coronel Sydnei Lima Santos, veio a falecer ontem, por volta das 14h30min.

Pai de quatro filhos, um dos quais já falecido, e de cinco netos, Sydnei Lima era um educador nato. Nascido no Rio de Janeiro, em agosto de 1925, diplomou-se pela Academia Militar de Agulhas Negras, em 1948, tendo se transferido para o Paraná na década de 1950. Com licenciatura em Matemática, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade Católica do Paraná, possuía também formação universitária em Administração de Empresas e Psicologia, além de ser pós-graduado em Orientação Educacional.

A grande batalha desse educador teve início em 1958, quando o professor Sidney criou o curso preparatório para admissão ao Colégio Militar. Em 1966, fundou a sociedade Civil Educacional Tuiuti Ltda, mais tarde Colégio Tuiuti, cujo sucesso estimulou a oferta de cursos de nível superior. Os primeiros cursos superiores foram

autorizados em 1973, mas só foram reconhecidos em 1976: Pedagogia, Letras e Psicologia. Em 1981, foram criados os cursos de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional. Atualmente a Universidade Tuiuti do Paraná conta com oito campus e sete Faculdades, abrangendo áreas como Ciências Biológicas e Saúde, Ciências Humanas, Letras, Artes, Ciências Jurídicas, Agrárias, Exatas, Sociais, Aplicadas e Aeronáutica.

Efetivamente o Paraná perdeu um dos seus maiores educadores. Queremos aqui, nos solidarizar com a família enlutada, manifestando nosso profundo pesar e a nossa homenagem ao professor Sydnei Lima Santos, cuja vida foi dedicada à educação.

REQUERIMENTO Nº 3867

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa Legislativa, REQUER, à Mesa o envio de votos de pesar, à família enlutada, pelo falecimento do professor Sydnei Lima Santos, Reitor da Universidade Tuiuti do Paraná ocorrido em 18 de novembro do corrente ano. A correspondência deverá ser enviada no seguinte endereço: rua Manoel Ribas, 707 - ap. 31 - Bairro Mercês, nesta Capital.

Professor e ex-militar do Exército, nasceu em 28 de agosto de 1925, na capital do Rio de Janeiro.

Aos 26 anos veio para Curitiba, onde começou a dar aulas particulares de Matemática e Física em sua residência, onde abriu um curso preparatório para o exame de admissão ao Colégio Militar.

Em 1966, fundou a Sociedade Civil Educacional Tuiuti Ltda., mantenedora do Colégio Tuiuti, que foi um sucesso e incentivou a criação de cursos de nível superior.

Em 1973, a instituição foi autorizada a abrir cursos de Pedagogia, Letras e Psicologia, reconhecidos em 1976.

Em 1980, foram criados os primeiros cursos de especialização. E, em 1987, a Tuiuti criou o Centro de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão. Houve um grande aumento na oferta de cursos de graduação e pós-graduação, e foram criadas as Faculdades Integradas Tuiuti, em 1993.

Hoje, a Universidade Tuiuti oferece 38 cursos de graduação, 40 de especialização, quatro de mestrado e um de doutorado, em convênio com a Universidade de Liège, na Bélgica, para atender cerca de 17 mil alunos.

Sala das Sessões, em 19.11.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 3869

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o douto Plenário, votos de pesar à família Lima Santos, pelo falecimento, neste dia 18 de novembro, do professor e reitor da Universidade Tuiuti, Sydnei Lima Santos, aos 76 anos de idade.

Nascido no Rio de Janeiro, o professor Sydnei veio para Curitiba em 1951, onde transformou um pequeno curso preparatório em uma potência do ramo educacional que é a Universidade Tuiuti.

Professor e ex-militar do Exército, Sydnei Santos nasceu no dia 28 de agosto de 1925, chegando ao Paraná com 26 anos de idade, onde investiu por mais de 40 anos, na criação da instituição de ensino.

Era Cidadão Honorário de Curitiba e Cidadão Honorário do Paraná, Sydnei deixa três filhos e seis netos.

Sala das Sessões, em 19.11.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 3873

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar, à família enlutada do senhor Sydnei Lima Santos, reitor da Universidade Tuiuti do Paraná, falecido em data de 18 de novembro de 2001, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 19.11.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Faleceu em nossa Capital, em data de ontem, o reitor da Universidade Tuiuti do Paraná - Senhor Sydnei Lima Santos.

Vítima de edema cerebral, aos 76 anos, deixou uma grande trajetória ligada ao ensino do Paraná. Nascido no Rio de Janeiro, o professor Sydnei veio para Curitiba aos 26 anos em 1951, onde transformou um pequeno curso preparatório em uma potência do ramo educacional. Quando chegou à nossa Capital era aspirante do Exército e em 1958 começou a dar aulas particulares de Matemática e Física em casa, onde abriu um curso preparatório para exame de admissão ao Colégio Militar. O curso se expandiu e em 1966, o professor Sydnei fundou a Sociedade Civil Educacional Tuiuti Ltda, mantenedora do então Colégio Tuiuti. O professor Sydnei graduou-se em Matemática e Psicologia e pós-graduou-se em Orientação Educacional pela PUC-PR.

Mais tarde, os negócios se expandiram e em 1973, implantaram-se cursos de nível superior - Pedagogia, Letras e Psicologia e mais tarde em 1980, foram criados os primeiros cursos de especialização. Em 1987, a Tuiuti criou o Centro de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão. A oferta de cursos de graduação e pós-graduação aumentou gradativamente, até que foram criadas as Faculdades Integradas Tuiuti, em 1993.

Do curso preparatório do colégio e da faculdade nasceu a Faculdade Tuiuti do Paraná, em julho de 1997 - à frente de tudo sempre esteve o Professor Sydnei que sempre contou com a sua família nos negócios, que cresceram tanto, que o campus do Chapagnat ficou pequeno para o porte da instituição - que hoje tem oito campus e sete faculdades. a Tuiuti oferece 38 cursos de graduação,

40 de especialização, quatro de mestrado e um de doutorado, em convênio com a Universidade de Liège, na Bélgica. A instituição também possui mais de 150 pesquisas em andamento, cerca de 1000 professores e 600 funcionários que atendem cerca de 17 mil alunos.

O Paraná perdeu uma grande personalidade. Dotado de elevado espírito de luta o ex-militar do exército professor Sydnei Lima Santos foi um exemplo de que trabalho e dedicação são recompensados. Nosso Estado reconhece seu trabalho, pois aqui ele investiu por mais de quatro décadas na criação de instituições de ensino. Esse reconhecimento rendeu-lhe títulos de Cidadão Honorário de Curitiba e do Paraná.

À sua família enlutada (Rua Gal. Mário Tourinho, 536 - Curitiba/PR), os votos de pesar do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 3878

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo - votos de pesar, pelo falecimento do professor Sidney Lima Santos, ocorrido nesta Capital, no dia 18/11/2001.

Outrossim, requer seja dado ciência deste aos familiares do extinto, no endereço: Rua Sydnei Rangel Santos, 238 - bairro Santo Inácio - CEP- 82010-210 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 19.11.2001.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O Professor Sydnei Lima Santos, nasceu em 28 de agosto de 1925, na capital do Rio de Janeiro. Veio para o Paraná com 26 anos, fixando residência nesta Capital, onde investiu, por mais de quatro décadas, na criação de instituições de ensino. Ex-militar, e professor graduado em Matemática e em Psicologia e pós-graduado em Orientação Educacional, pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC- PR. O trabalho rendeu ao professor, os títulos de cidadão honorário de Curitiba e do Paraná. Deixa quatro filhos, um deles já falecido.

REQUERIMENTO Nº 3892

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a consignação da ata da presente Sessão Plenária, votos de pesar pelo falecimento do coronel Sydnei Lima Santos.

O homem não se faz com palavras, mas sim com ações. A história vencedora de humildade, determinação e trabalho fez da vida do coronel Sydnei Lima Santos, um exemplo de quem, numa visão moderna de desafios e sonhos, embalado pela parceria dos sentimentos humanistas, fez com que a Escola Tuiuti se transformasse numa das melhores e maiores Universidades do País.

Por isso, merecidamente aplaudo todos os caminhos trilhados por este grande senhor, das boas idéias que nos deixa saudades, mas por outro lado, nos deixa também uma grande história a ser seguida.

Que Deus transmita a mesma luz a seus filhos e seguidores para que em breve tenhamos vários exemplos como este deixado.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada, sito à rua Sidney Antonio Rangel Santos, 238 CEP 82010-330 - Santo Inácio - Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, em 19.11.2001.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 3893

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosa-mente ante a Mesa Executiva, REQUERER, se digne encaminhar votos de pesar aos familiares do DD. Reitor da Universidade Tuiuti do Paraná, Sydnei Lima Santos, pelo seu falecimento ocorrido no dia de ontem.

Sala das Sessões, em 19.11.2001.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 3902

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Magnífico Reitor Professor Sydnei Lima Santos, ocorrido no último dia 18 de novembro de 2001.

Sala das Sessões, em 19.11.2001.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

Sydnei Lima Santos, reitor da Universidade Tuiuti do Paraná, era professor e ex-militar, nasceu em 28 de agosto de 1925, na capital do Rio de Janeiro. Veio para a cidade de Curitiba no início da década de cinquenta, onde transformou, durante uma trajetória de mais de quatro décadas, um pequeno curso preparatório em uma potência do ramo educacional.

Militar do Exército, veio em 1951 para a Capital do Paraná como aspirante. Em 1958, começou a dar aulas particulares de Matemática e Física em casa, onde abriu um curso preparatório para o exame de admissão ao Colégio Militar.

Um grande pai e chefe de família. Deixa um vazio que jamais será preenchido no coração dos seus familiares e amigos.

Faleceu dia 18 de novembro de 2001, aos 76 anos de idade.

REQUERIMENTO Nº 3894

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos

desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do fundador e magnífico reitor da Universidade Tuiuti do Paraná, professor Sydnei Lima Santos, aos 76 anos de idade, nesta Capital.

Professor e ex-militar do Exército, graduado em Matemática e em Psicologia e pós-graduado em Orientação Educacional, dedicou praticamente toda sua vida à educação, principalmente na criação de instituição de ensino. Seu trabalho foi reconhecido ainda em vida, recebendo títulos de cidadão honorário de Curitiba e do Paraná, bem como inúmeras homenagens pelo grandioso trabalho prestado à toda comunidade paranaense.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 19.11.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3880

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do senhor Augusto Biscóski, aos 73 anos de idade, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pela seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 19.11.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3885

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do senhor Alceu Joly, aos 69 anos de idade, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pela seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 19.11.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3886

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos

desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do senhor Manuel Melo Ribas, aos 88 anos de idade, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pela seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 19.11.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3903

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado nos Anais desta Casa, votos de pesar pelo falecimento do senhor Avelino Acco, ocorrido nesta data, na cidade de Palotina, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 19.11.2001.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Um pioneiro se vai. Toda população de Palotina e região chora a sua morte.

Avelino Acco, um homem de valor que deixa saudade eterna pelo exemplo que era de vida. Firme, decidido e brava gente, que desde 1963 ajudou a desbravar uma terra desconhecida, ajudando a transformá-la na terra mais produtiva do Estado, Palotina - Capital da Soja.

Pai do prefeito de Tupãssi, Valdecir Acco, deixa viúva a senhora Augusta Acco e 10 filhos.

A Assembléia Legislativa se associa à dor da família enlutada e do povo de Palotina, transmitindo as condolências para esposa, filhos e parentes.

REQUERIMENTO Nº 3847

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao município de Manguairinha, pela passagem do seu 55º aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Miguel Carlos Rodrigues Aguiar, prefeito municipal, ao vice-prefeito, senhor Manoel Almeida, bem como a todos os senhores vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Manguairinha.

Sala das Sessões, em 19.11.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Queremos, com esta proposição, na significativa data de 30 de novembro prestar nossa homenagem a toda a população de Manguairinha, que com grande júbilo

comemora seus 55 anos de existência politicamente organizada.

Manguairinha tem uma história de muito trabalho e dedicação, cujo evento marca, além do seu registro, um município renovado pela fibra de seus representantes de todos os tempos que colaboraram para o seu crescente progresso.

Com todo o respeito que o povo de Manguairinha é merecedor, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste parlamentar, renova sua homenagem de gratidão e reconhecimento na certeza de que continuará com a mesma garra e a mesma pujança, sendo exemplo e cópia modelo para os demais municípios paranaenses.

Manguairinha, que tem à frente de seus destinos, o prefeito Miguel Carlos Rodrigues Aguiar, o vice-prefeito Manoel Almeida e todos os senhores vereadores que, unidos pelos mesmos propósitos, com muito trabalho e dedicação tudo têm feito para o desenvolvimento cada vez maior do município.

REQUERIMENTO Nº 3848

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Cooperativa Castrolanda pela comemoração do seu Jubileu de Ouro, a ser comemorado no dia 30 de novembro de 2001.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao seu presidente, senhor Frans Borg, de correspondência a ser encaminhada à Praça dos Imigrantes, 03 - CEP: 84165-970 - Castro-PR.

Sala das Sessões, em 19.11.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3858

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao município de Bom Sucesso-PR, pela passagem do seu 47º aniversário de Emancipação Político-Administrativa, a ser comemorados no dia 26 de novembro do corrente ano.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao prefeito José Edílson Vanzella, e ao presidente da Câmara Municipal, vereador Claudionor Benedetti, através de correspondência a ser encaminhada à Praça Paraná, 77 - CEP: 86940-000 - Bom Sucesso-PR.

Sala das Sessões, em 19.11.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3859

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao município de Palmital-PR., pela passagem do seu 40º aniversário de Emancipação Político-Administrativa, comemorados no dia 15 de novembro do corrente ano.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao prefeito senhor Clério Benildo Back, e ao presidente da Câmara Municipal, vereador José Maria Ferreira, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Moisés Lupion, 1001 - CEP: 85270-000 - Palmital-PR.

Sala das Sessões, em 19.11.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3860

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao município de Ivaiporã-PR., alusivos aos seus 40 anos de emancipação política, que acontece hoje dia 19 de novembro.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao prefeito senhor Pedro Wilson Papin, e ao presidente da Câmara Municipal, vereador Benedito Vieira da Silva, através de correspondência a ser encaminhada à Praça dos Três Poderes, 500 - CEP: 86870-000 - município de Ivaiporã-PR.

Sala das Sessões, em 19.11.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3849

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de congratulações ao radialista Renato Gaúcho pelo 1º lugar na Pesquisa TOP OF MIND/2001.

Sala das Sessões, em 19.11.2001.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

Desde 1.994, a Pesquisa TOP OF MIND procura captar, de forma criteriosa e transparente, as marcas de produtos e serviços e os nomes de veículos e profissionais que estão na mente dos paranaenses. Para esta pesquisa foram realizadas 1.280 entrevistas, distribuídas nos 22 maiores centros consumidores do Estado, além da Região Metropolitana de Curitiba.

O radialista Renato Gaúcho vem pelo sexto ano consecutivo mantendo-se como o radialista mais lembrado nas pesquisas e líder de audiência em seu horário, merecendo pelo seu brilhante trabalho este reconhecimento.

REQUERIMENTO Nº 3855

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consul-

tado o douto Plenário, votos de congratulações e aplausos ao escritor Alberto Paco, pelo lançamento do livro: "O Homem do Rio" realizado no dia 17 de novembro, na Biblioteca Municipal de Maringá.

Outrossim, requer comunicação ao feito ao senhor Alberto Paco.

Sala das Sessões, em 19.11.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Queremos parabenizar o escritor Alberto Paco pelo lançamento do livro "O Homem do Rio". Sabemos a importância e os benefícios culturais que a leitura traz para toda a população. O arsenal literário brasileiro merece grande atenção, devido a grandes obras. Temos certeza que o livro "O Homem do Rio" figurará dentre o seleto grupo de obras prestigiadas pelos leitores brasileiros.

Certo de seu empenho na produção do mesmo é que reiteramos nossos préstimos de estima e consideração, desejando desde já todo sucesso.

REQUERIMENTO Nº 3856

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, votos de congratulações a Dom Jaime Luiz Coelho, pela comemoração do 60º aniversário de Ordenação Sacerdotal a ser celebrado dia 07 de dezembro de 2001, às 19h30, na Catedral Metropolitana Basílica Menor Nossa Senhora da Glória.

Requer, outrossim, comunicação do feito a Dom Jaime Luiz Coelho.

Sala das Sessões, em 19.11.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Filho de João Amélio Coelho e de Guilhermina Cunha Coelho, 8º de 14 irmãos. Nascido em Franca, SP, a 26 de julho de 1916, foi batizado no dia 02 de outubro do mesmo ano. Fez a 1ª Comunhão no dia 08 de dezembro de 1926, tendo sido crismado pelo 1º Bispo de Ribeirão Preto, Dom Alberto José Gonçalves, em 1920.

Os estudos primário, fê-los nas Escolas Reunidas de Cristais, Distrito de Franca, onde passou a residir depois dos três anos de idade até aos 12. Em 1929, transferindo residência para Franca, iniciou o curso ginásial no Colégio Champagnat, dos Irmãos Maristas; foi aluno do Colégio São José, em Batatais, por um ano, seguindo, em 1932, para o Seminário menor Diocesano de Campinas.

Em 1935 ingressou no seminário Central Imaculada Conceição do Ipiranga, em São Paulo, onde cursou a Filosofia e a Teologia, ordenando-se sacerdote na Catedral de São Sebastião de Ribeirão Preto, a 7 de dezembro de 1941, ordem conferida por Dom Manuel da Silveira D'Elboux, então Bispo Auxiliar de Dom Alberto José Gonçalves. No dia seguinte, na igreja Matriz de Franca, celebrou a sua primeira Missa Solene, tendo, no mesmo

dia, abençoado o casamento de sua irmã Jupira Coelho com o senhor Paulo Prado.

A 1º de fevereiro de 1942, nomeado Vigário Cooperador da Catedral de Ribeirão Preto, acumulou, em seguida, o cargo de secretário Geral do Bispado e Chanceler da Cúria Diocesana.

Em agosto de 1944 foi nomeado Cura da Catedral de Ribeirão Preto; Cônego Honorário da mesma Catedral em 1949; Diretor Diocesano do Ensino Religioso e das Congregações Marianas; Assistente Diocesano da Juventude Estudantil Católica e do Círculo Operário Católico. Em 1950, na Sede Vacante de Ribeirão Preto, nomeado Representante do Administrador Apostólico, Dom Manuel da Silveira D'Elboux, então eleito Arcebispo de Curitiba.

Em 1955 foi nomeado Procurador Diocesano do Seminário de Ribeirão Preto, percorrendo toda a Diocese em propaganda vocacional e financeira para a construção do novo Seminário da Diocese. Em maio de 1956 foi nomeado Monsenhor Camareiro Secreto do Papa Pio XII, e a 03 de dezembro do mesmo ano foi eleito, por Pio XII, 1º Bispo da nova Diocese de Maringá, criada pela Bula "*Latissimas partire Ecclesias*", de 1º de fevereiro de 1956, e desmembrada da Diocese de Jacarezinho.

A 24 de março de 1957 foi instalada canonicamente a Diocese de Maringá, tomando posse o seu 1º Bispo. Em 16 de outubro de 1979, o Papa João Paulo II elevou a Diocese de Maringá à categoria de Arquidiocese, promovendo, ao mesmo tempo, Dom Jaime Luiz Coelho à dignidade de 1º Arcebispo Metropolitano de Maringá. A instalação da Arquidiocese e posse do Arcebispo deram-se no dia 20 de janeiro de 1980.

Com a morte de Dom Geraldo Fernandes, 1º Arcebispo de Londrina, Dom Jaime foi nomeado, a 21 de abril de 1982, Administrador Apostólico da Arquidiocese de Londrina, cargo que ocupou até 28.01.83, com a posse do 2º Arcebispo, Dom Geraldo Majella Agnelo.

Dom Jaime participou das quatro sessões do Concílio Ecumênico do Vaticano II, de 1962 a 1965, em Roma. Recebeu os títulos de cidadão benemérito de Maringá (1966) e do Paraná (1982). A 20 de setembro de 1980 recebeu o título de Professor "*Honoris Causa*" da Universidade Estadual de Maringá, em cuja fundação colaborou. Foi o 1º Secretário Regional Sul II da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - no Paraná, e membro do Conselho Permanente da CNBB na Pastoral dos Meios de Comunicação Social. Em 1979, como representante do Episcopado brasileiro, participou da 3ª Reunião do CELAM - Conselho Episcopal Latino Americano - em Puebla, México.

Com seus mais de 80 anos, dos quais 40 dedicados ao Ministério Episcopal na Arquidiocese de Maringá, Dom Jaime, nosso 1º Arcebispo, deixou a administração da Arquidiocese de Maringá no dia 11 de julho de 1997. Mas continuará orando entre nós, em sua residência, à Praça Pio XII, prestando serviços pastorais a esta porção do povo de Deus que teve sua história marcada pelo zelo deste homem vigoroso e fiel à Igreja.

A Dom Jaime toda a nossa gratidão por tudo que fez entre nós, conosco e por nós. Felicitações por este grande marco em sua vida, a comemoração do 60º aniversário de Ordenação Sacerdotal. Que o bom Deus o recompense por tudo.

REQUERIMENTO Nº 3857

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, vem a ilustre presença de V. Exa., e aos demais pares desta egrégia Casa de Leis para REQUERER, após ouvido o Plenário, sejam enviados votos de congratulações ao município de Farol - PR, pela organização e realização da 1ª Festa do Pernil à Pururuca, prato típico do município.

Requer ainda, que da decisão deste, seja dado ciência à Prefeitura Municipal, na pessoa do prefeito, senhor Edson Martins (Rua Bahia, s/nº - CEP 87325-000 Farol-PR) e à Câmara Municipal, na pessoa de seu presidente, senhor Aguinaldo Messias da Silva (Avenida Paraná, 810 - CEP 87325-000 Farol-PR).

Sala das Sessões, em 19.11.2001.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 3874

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao jornal Gazeta do Povo, pela inauguração do novo parque gráfico no município de Londrina/PR.

Sala das Sessões, em 19.11.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O jornal Gazeta do Povo inaugurou na última quarta-feira, dia 14 de novembro, o novo parque gráfico da Rede Paranaense de Comunicação (RPC) que atenderá dois jornais: a Gazeta do Povo e o Jornal de Londrina. Após um período de testes dos equipamentos e conclusão das obras, o edifício foi entregue e agora a Gazeta do Povo está sendo impressa simultaneamente em Curitiba e em Londrina.

Os leitores da Gazeta do povo ganham com a disponibilidade do maior jornal do Paraná bem cedo nas bancas e em suas casas, benefício que já se estendeu para Foz do Iguaçu, Cascavel e todas as cidades da Região Norte, Noroeste e Sudoeste do Estado.

A RPC mais uma vez está investindo no desenvolvimento de todas as regiões do nosso Estado, sempre com a mesma filosofia de defesa dos interesses do Paraná, respeito e seriedade que marcam as empresas de origem do grupo: a Gazeta do Povo e a TV Paranaense-Canal 12.

Com certeza, este é mais um passo deste grupo de comunicação que vem gradualmente e rápido, crescendo e incentivando o crescimento do Paraná. A qualidade do trabalho e a competência de toda a equipe que compõe a RPC são sempre reconhecidos, como temos observado

pelo crescente número de meritórias premiações com as quais o grupo é agraciado.

Pela inauguração do novo parque gráfico, receba o jornal Gazeta do Povo, através do seu presidente - doutor Francisco Cunha Pereira Filho (Praça Carlos Gomes, 04 - Centro - Curitiba/PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado.

REQUERIMENTO Nº 3875

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Secretaria Municipal de Esportes de Curitiba, pela realização da 5ª Maratona Ecológica Internacional de Curitiba 2001, em data de ontem (18.11.2001) nesta Capital.

Sala das Sessões, em 19.11.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Realizou-se em data de ontem (18 de novembro de 2001) nas ruas de Curitiba a 5ª Maratona Ecológica Internacional de Curitiba 2001. A largada ocorreu no Parque Barigui pela manhã e os atletas percorreram 13 bairros da nossa cidade, em 42 quilômetros do percurso.

A prova premiou as categorias masculina, feminina e cadeirantes. Na categoria masculina, o vencedor foi o militar catarinense, João Gustavo de Assumpção, de Joinville, com o tempo de 2h17min59seg, que é inclusive o novo recorde da Maratona de Curitiba.

Na categoria feminina a vencedora foi Marizete de Paula Rezende, de Minas Gerais, que cruzou a linha de chegada com o tempo de 2h42min21seg. Já na categoria cadeirantes, chegou na frente o atleta Carlos Roberto Oliveira, o Carlão, radialista de Porto Alegre, que disputou a Maratona de Curitiba pela primeira vez e alcançou a chegada em 2h07min32seg. Tanto na categoria feminina, como cadeirantes, os recordes anteriores foram quebrados.

A prova, que é de primeiro mundo, atende aos principais quesitos de uma competição internacional e cresce a cada ano. Destaca-se a organização da prova, especialmente no que diz respeito ao atendimento médicos aos atletas com cerca de 200 profissionais médicos, enfermeiros e atendentes de saúde que atuaram na prova. Além disso, a cidade foi antecipadamente demarcada, ao longo de todo o percurso, com faixas avisando a população de que aquele trecho estaria interrompido durante o horário da prova - mais uma mostra da excelente organização do evento. Ainda, durante todo o trajeto, os corredores contaram com banheiros, esponjas molhadas para refrescar rosto e corpo e mais de 700 litros de água que foram disponibilizados.

Durante toda a corrida, os atletas receberam o carinho do público curitibano, que não mediu esforços para prestigiar mais este evento da cidade. Incentivar o esporte já faz parte do dia-a-dia de Curitiba, que tem nesta, mais uma das provas organizadas pela cidade, numa demons-

tração de amor ao esporte e a Curitiba, que teve mais uma vez seu nome brilhando em todo o país, com a divulgação da prova que já conquistou seu lugar no calendário nacional e conta também com atletas internacionais.

Pela organização e realização da 5ª Maratona Ecológica Internacional de Curitiba - 2001, receba a Secretaria Municipal de Esportes, através de seu secretário, Rodrigo Martinez (Avenida Desembargador Westphalen, 1566 - Curitiba/PR), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 3868

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao município de Manguinhos em comemoração aos 55 anos de emancipação política do município, a ser comemorado no próximo dia 21 de novembro de 2001.

Do aprovado, requer ainda se dê ciência ao prefeito municipal de Manguinhos, Sr. Miguel Carlos Rodrigues de Aguiar, parabenizando-o também pela brilhante administração. Endereço: Prefeitura Municipal de Manguinhos, Praça Francisco de Assis Reis, 64 CEP 85540-000 - Manguinhos-PR.

Sala das Sessões, em 19.11.2001.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

O município de Manguinhos está localizado na histórica região dos Campos de Palmas, onde as primeiras penetrações civilizadoras ocorreram por volta de 1720. A origem do nome representa o diminutivo de mangueira (curral) lugar onde se recolhe o gado. Antigamente ali existia mangueira que pelo seu pequeno tamanho era chamada de mangueirinha. No município de Manguinhos está localizada uma reserva indígena com duas tribos, os guaranis e os caingangues, que sobrevivem de suas plantações e de seu artesanato. Criado através da Lei Estadual nº 533, de 21 de novembro de 1946, e instalado em 30 de novembro do mesmo ano, foi desmembrado de Clevelândia.

REQUERIMENTO Nº 3882

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Plácido Vidal da Silva e Davina Ortiz dos Santos, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Ouro.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento, e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho.

Em todos os momentos compartilhados juntos, os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos esses anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 19.11.201.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3871

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos do dia desta Assembléia, votos de aplausos à equipe de futebol feminino de Gresfi/Ferfi, de Foz do Iguaçu, pela conquista do Campeonato Paranaense de Futebol Feminino, ocorrido em Curitiba.

A equipe comandada pelo técnico Joel Coelho, sagrou-se campeã na categoria e vai representar o Estado nos campeonatos sul-brasileiro e brasileiro de futebol feminino.

A presente proposição tem o objetivo de, através da manifestação da Assembléia Legislativa do Paraná, parabenizar a equipe e tornar público o reconhecimento dos paranaenses a quem vem trabalhando pelo desenvolvimento do esporte em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 19.11.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 3872

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignada na Ata dos trabalhos do dia desta Assembléia, votos de aplausos ao comitê organizador do movimento Paz Sem Fronteiras, em Foz do Iguaçu.

Os atentados terroristas ocorridos no dia 11 de setembro nos Estados Unidos, deram início a um forte movimento preconceituoso contra a comunidade árabe do mundo inteiro. Foz do Iguaçu, Ciudad del Este, no Paraguai e Puerto Iguazú, na Argentina, abrigam milhares de descendentes desta nacionalidade e, por conseqüências, também vêm sofrendo o desgaste provocado pela divulgação de notícias negativas a respeito dos representantes da comunidade muçulmana.

O movimento Paz Sem Fronteiras foi criado para mostrar que a convivência entre as mais diversas nacionalidades é possível, e mais do que isso, que a harmonia entre os povos não pode prescindir de linhas imaginárias que separam os países. Numa celebração ecumênica, realizada em Foz do Iguaçu, ficou comprovado que é possível e desejável por todos os povos que ali vivem.

A presente proposição tem o objetivo de, através da manifestação da Assembléia Legislativa do Paraná,

parabenizar os organizadores do evento e do movimento e tornar público o reconhecimento dos paranaenses a quem, de forma meritória, vem trabalhando em favor da paz em nossa região.

Sala das Sessões, em 19.11.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 3889

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, notadamente o artigo 132, parágrafo 1º, inciso III do Regimento Interno, e após ouvido o douto Plenário, vem mui respeitosamente REQUERER, votos de louvor à C&D Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com sede nesta cidade de Curitiba-PR., à Rua XV de Novembro, 270, pela conquista do 1º Certificado ISO 9001:2000 para Administração de Fundos de Investimento Imobiliário.

Sala das Sessões, em 19.11.2001.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

A C&D Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários é a primeira empresa brasileira a conquistar o selo ISO 9001:2000 para Administração de Fundos de Investimento Imobiliário. Tais fundos são ferramentas de investimentos que vêm crescendo consideravelmente no Brasil. É uma comunhão de recursos lastreados em imóveis e que visam a sua exploração comercial. Dotados de uma série de vantagens tributárias, vêm ganhando grande espaço nas carteiras de investimento.

REQUERIMENTO Nº 3887

Senhor Presidente:

O deputado que adiante subscreve, no uso de suas atribuições, vem mui respeitosamente à Mesa apresentar o seguinte Requerimento:

1 - Oficie-se ao Governo do Estado para que remeta a esta Casa as prestações de contas referentes aos exercícios de 1998 a 2000, relativa aos Fundos Especiais abaixo relacionados:

a) Fundo Rotativo - SESP

b) Fundo de Desenvolvimento Urbano - FDU

c) Fundo de Terras

d) Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos - FEID

e) Fundo Estadual de Preservação ao Abuso de Drogas - FUNPRED

f) Fundo Estadual de Investimento em Créditos Produto Popular - Banco da Família.

A presente solicitação baseia-se na Lei nº 8435/96 e também prende-se ao fato de que os referidos documentos - ora requeridos - não foram encaminhados ao Tribunal de Contas, porém compõem a Prestação de Contas do Governo do Estado - exercício 2000, para que se proceda por esta Casa uma análise criteriosa das gestões de tais fundos.

Sala das Sessões, em 19.11.2001.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 3888

Senhor Presidente:

O deputado que adiante subscreve, no uso de suas atribuições, vem mui respeitosamente à Mesa apresentar o seguinte Requerimento:

1 - Oficie-se à Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná a fim de que informe a esta Casa, enviando cópia do referido expediente, sobre o conteúdo de resposta ao Ofício nº 036/01-IGC - Tribunal de Contas, de 09 de maio de 2001, solicitando a esta Secretaria, no qual solicitava-se esclarecimentos sobre alguns procedimentos contábeis que compõem a prestação de contas do Governo do Estado em 2000.

A presente solicitação baseia-se no fato de que o referido expediente não foi respondido até o encerramento dos trabalhos da Inspeção Geral de Controle do Tribunal de Contas.

Sala das Sessões, em 19.11.2001.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 3862

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, depois de ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER envio de expediente ao Exmo. Sr. doutor Armando Martinho Bardou Raggio, secretário de Estado da Saúde, solicitando providência, cabíveis no sentido de apurar as inúmeras denúncias de contaminação da água que vem sendo utilizada para consumo no município de Doutor Ulysses, na Região Metropolitana de Curitiba.

Justifica-se tal solicitação, atendendo inúmeras reclamações de moradores do referido município, que alegam problemas de odor na água, mais especificamente relacionado a produtos agrotóxicos, que colocam em risco a saúde de toda população.

Portanto, torna-se imprescindível que o produto oferecido seja examinado com critérios confiáveis, e que a população seja informada e tranquilizada quanto à qualidade da água que vem sendo consumida, por ser acima de tudo assunto inerente à saúde pública.

Termos em que, pede e espera deferimento, nos termos regimentais.

Sala das Sessões, em 19.11.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 3864

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, depois de ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER, envio de expediente ao doutor Mário Sérgio Rasera, presidente do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, solicitando providências urgentes daquele conceituado Instituto, para que se proceda a análise da água que vem sendo utilizada para consumo no município de Doutor Ulysses, na Região Metropolitana de Curitiba.

Justifica-se tal solicitação, atendendo inúmeras reclamações de moradores do referido município, que alegam problemas de odor na água, mais especificamente relacionado a produtos agrotóxicos, que colocam em risco a saúde de toda população.

Portanto, torna-se imprescindível que o produto oferecido seja examinado com critérios confiáveis, e que a população seja informada e tranquilizada quanto à qualidade da água que vem sendo consumida.

Termos em que, pede e espera deferimento, nos termos regimentais.

Sala das Sessões, em 19.11.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 3863

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, depois de ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER, envio de expediente ao Exmo. Sr. Dr. Saint Clair Honorato Santos, coordenador do Centro de Apoio às Promotorias de Proteção ao Meio Ambiente, solicitando providências urgentes, para que tome as providências cabíveis no sentido de apurar as inúmeras denúncias de contaminação da água que vem sendo utilizada para consumo no município de doutor Ulysses, a Região Metropolitana de Curitiba.

Justifica-se tal solicitação, atendendo inúmeras reclamações de moradores do referido município, que alegam problemas de odor na água, mais especificamente relacionado a produtos agrotóxicos, que colocam em risco a saúde de toda população.

Portanto, torna-se imprescindível a atuação do Ministério Público, m defesa da população, que exige a competente análise d'água fornecida, realizando-se exames com critérios confiáveis, para que a população seja informada e tranquilizada quanto à qualidade da água que vem sendo consumida, por ser acima de tudo assunto inerente à saúde pública.

Termos em que, pede e espera deferimento, nos termos regimentais.

Sala das Sessões, em 19.11.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 3877

Senhor Presidente:

O deputado estadual que firma o presente documento, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a anuência do Plenário, envio de expediente ao senhor secretário de Estado da Segurança Pública, que comanda a Polícia Civil e a Política Militar do Estado do Paraná no sentido de que seja priorizada nova dinâmica de segurança pública na Região Metropolitana de Curitiba, mais especificamente no município de Pinhais, com a permanência de uma polícia ostensiva, inclusive, com a instalação de (mais) módulos policiais, dada a razão adiante descrita.

Este requerimento visa sensibilizar o governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, para que adote soluções, em caráter emergencial, em face do recrudescimento dos índices de violência nos municípios da região metropolitana, principalmente em Pinhais, um município, também importante, do distinguido Estado da Federação, o Paraná.

A implantação de módulos policiais e a adoção de uma polícia ostensiva mais presente nas ruas, nos bairros, poderá significar uma redução nos números de todo o tipo de delinquência e marginalidade.

Lamentavelmente, temos que admitir que não há lei mais poderosa que a presença do policial ou do soldado, nas ruas.

O governo precisa se sensibilizar mais com a situação da segurança na região metropolitana, haja vista que seu índice de crescimento populacional é assustador e, infelizmente nota-se que os cuidados com a segurança da nossa já sofrida população não tem tido o crescimento na mesma proporção.

São 65 mil novos moradores que elegem essa região, a cada ano, como lugar ideal para viver. E 25 mil fixam-se na Capital. Todos amparados legalmente para assim proceder. O direito de ir e vir.

Segundo dados do IBGE, o crescimento da RMC é de 3,17% ao ano, ficando atrás apenas de Goiânia, Capital de Goiás, com 3,28% ao ano.

Se for mantido esse índice, Curitiba e região, de 2,8 milhões de habitantes, chegará a 4 milhões, nas próximas duas décadas.

A adoção de políticas de qualificação, portanto, na área da segurança pública, é emergente.

A marginalidade precisa ser enfrentada. Desafiada. Condenada. E, isso, urge.

São famílias e mais famílias que estão a clamar por esses direitos constitucionais ligados à segurança.

E esse é um dever do Estado. Ele tem que garantir a inviolabilidade dessas famílias, do direito à vida, à segurança, à liberdade.

Cito como exemplo, uma das incontáveis denúncias que chegam em meu gabinete parlamentar: O professor universitário, residente no bairro Jardim Pedro Demeterco, em Pinhais, foi vítima de um assalto feito por dois marginais, armados, a uma hora da manhã, no dia 13/10/2001, que invadiram sua residência, fizeram a família de refém, furtaram o seu veículo (instrumento de trabalho), levaram quase todos os seus pertences, desde móveis, eletrodomésticos, alianças, dinheiro, roupas, entre outros, correndo, em consequência, perigo iminente de vida.

Furtaram numa noite, o que o professor levou anos para adquirir com muito sacrifício. Qual não foi a surpresa, no dia 09/11/2001, em menos de 30 dias, portanto, o professor foi novamente assaltado em sua residência, com outros prejuízos.

Imagina-se em que estado de ânimo se encontra esse professor para continuar sua luta diária?

Ao repor seus pertences, (que com certeza será fruto de seu árduo trabalho, pois não obteve o digno professor, da Polícia Civil ou Militar, qualquer tipo de informação da apreensão de seus objetos), que segurança ou garantias terá?

Sem ação do Estado, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, os residentes e domiciliados nos municípios da região metropolitana, estarão desamparados, intranquilos inclusive, vivendo permanentemente em clima de medo.

Do aprovado, rogo que seja dado ciência ao Exmo. Sr. secretário de Estado da Segurança Pública, incluindo-se o teor do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 14.11.2001.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 3890

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de sua atribuições regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER de V. Exa. envio de expediente à Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - Suderhsa, na pessoa do seu diretor-presidente, Nicolau Klüpper, solicitando limpeza no Canal do DNOS, localizado entre os municípios de Matinhos e Pontal do Paraná.

Sala das Sessões, em 19.11.2001.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 3879

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de sua atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, no sentido de atender o pedido da senhora Rolesi de Sá, residente à Rua Nereu Ramos nº 241 - Vila Amélia - município de Pinhais, que pede providências quanto à falta de água que está ocorrendo em sua residência. Afirma-nos ela, que existe um motor nas proximidades, que fornece a água, porém na semana passada ocorreu um problema no cano e a água não está chegando nas residências. Pede-se urgência no atendimento do presente.

Se necessário informações complementares, recomendamos contato com a requerente pelo telefone - 669-6483.

Sala das Sessões, em 19.11.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3881

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de sua atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo nas proximidades do Terminal Campo Comprido e do Conjunto Atenas I, bem

como em todo o conjunto. Os assaltos são frequentes dia e noite. Os usuários de drogas e os desocupados agem livremente, causando pânico aos moradores que não têm nem segurança para sair às compras em panificadoras, supermercados, etc, assim como os alunos e trabalhadores que voltam tarde da noite para suas residências.

Os moradores pedem urgência do atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 19.11.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3883

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, no sentido de atender o pedido da senhora Adélia Mosson, residente à Rua Nilo Peçanha nº 4.057 - Bairro São Lourenço, que pede providências urgentes quanto ao esgoto que vaza dos tampões da rua onde reside, para as casas situadas abaixo das outras. Há mais de três anos que os moradores vêm tentando junto à Sanepar uma solução para esse problema, pois até “fezes” estão escorrendo nas suas residências, causando problemas de saúde nas pessoas. Várias solicitações já foram feitas, inclusive com fotos e abaixo-assinados, porém até a presente data não resolvido.

Se necessário informações complementares, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 252-8714.

Sala das Sessões, em 19.11.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3884

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, no sentido de atender o pedido da senhora Laudi de Deus Brandenburg, residente à Rua Profeta Joel nº 23 - Jardim Futurama - Bairro Umbará, que pede providências quanto a cobrança da taxa de esgoto que vem sendo cobrada de sua residência, referente à Matrícula nº 0264.1089.

Há mais ou menos um ano atrás foi implantada a rede de esgoto, porém ela não a utiliza, face possuir fossa drenada em rua residência e que não vai para a rua. Já fez vários pedidos de cancelamento da taxa junto à Prefeitura Municipal, sito na Rua da Cidadania do Pinheirinho, e Sanepar, porém somente promessas recebeu de que seu pedido seria atendido. Trata-se de uma senhora de poucas condições financeiras e que não tem condições de arcar com essa despesa, motivo pelo qual pede encarecidamente o referido cancelamento da taxa, a qual está sendo cobrada indevidamente.

Se necessário informações complementares, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 248-3865.

Sala das Sessões, em 19.11.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3866

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, a transcrição nos anais desta Casa de Leis, de matéria veiculada no jornal Folha do Paraná do dia 18.11.2001, intitulada “Parcerias Suspeitas afastam compradores da Copel”, onde fala de contratos feitos pela Companhia Paranaense de Energia (Copel) nos últimos três anos com grupos privados, terceirizando a exploração de negócios altamente lucrativos, até então administrados com exclusividade pela Copel. Prevendo multas milionárias, tornam o novo dono da empresa, refém desses contratos.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 19.11.2001.

(a) NEREU MOURA

Apoiamento:

Luiz Carlos Zuk.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 601/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores da Comunidade de São Francisco, com sede e foro no município de Palotina, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.11.2001.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores e Agricultores da Comunidade de São Francisco, que ora encaminhado para que seja declarada de Utilidade Pública Estadual, foi criada no dia 10.04.2000, é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 03.851.470/0001-57, com a finalidade de desenvolver programas nas áreas da assistência social, da educação, da cultura, visando a integração total da classe assistida à comunidade.

A instituição em apreço além de defender os interesses da comunidade que assiste, desenvolve programas voltados às áreas de assistência social, da cultura, do esporte, e do lazer, contribuindo com órgãos públicos,

entidades congêneres e demais segmentos organizados da sociedade, atendendo o disposto em seu estatuto.

Pelo exposto, e considerando que a instituição em epígrafe além de cumprir seus objetivos, cumpre também o que dispõe a legislação pertinente, proponho que a mesma seja declarada de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 602/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, no âmbito de sua jurisdição a Sociedade Esportiva Recreativa e Cultural- Bairro Pioneiro do município de Palotina, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ - Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 80.879.265/0001-40, com sede na Rua Mato Grosso, s/nº Bairro Pioneiro, município de Palotina-Paraná.

Art. 2º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.
Sala das Sessões, em 19.11.2001.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

JUSTIFICATIVA:

Nossa iniciativa justifica-se na medida em que a Sociedade Esportiva Recreativa e Cultural Bairro Pioneiro, do município de Palotina, tem se elevado no trabalho de atendimento à área social, buscando soluções para os problemas comunitários, promovendo a união, a amizade e o espírito comunitário, organizando reuniões, festividades e atividades sociais, reivindicando melhorias e desenvolvendo atividades que reverterem em benefício da população daquela comunidade.

A declaração como entidade de Utilidade Pública Estadual reveste-se de extrema importância para que mencionada associação possa usufruir de benefícios externos e não integrantes daqueles repassados por órgãos assistenciais da rede oficial.

Assim sendo, a aprovação da presente lei, pelo que, em nome da população do Bairro Pioneiro antecipadamente agradecemos.

PROJETO DE LEI Nº 603/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, no âmbito de sua jurisdição a Associação de Moradores e Agricultores de São Camilo, município de Palotina, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ - Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 001.402.814/0001-15 com sede na Rua Minas Gerais, s/nº Bairro São Camilo, município de Palotina-Paraná.

Art. 2º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.
Sala das Sessões, em 19.11.2001.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

JUSTIFICATIVA:

Nossa iniciativa justifica-se na medida em que a Associação de Moradores e Agricultores de São Camilo, no município de Palotina, tem se elevado no trabalho de atendimento à área social, buscando soluções para os problemas comunitários, promovendo a união, a amizade e o espírito comunitário, organizando reuniões, festividades e atividades sociais, reivindicando melhorias e desenvolvendo atividades que reverterem em benefício da população daquela comunidade.

A declaração como entidade de Utilidade Pública Estadual reveste-se de extrema importância para que mencionada associação possa usufruir de benefícios externos e não integrantes daqueles repassados por órgãos assistenciais da rede oficial.

Assim sendo, a aprovação da presente lei, pelo que, em nome da população carente da Comunidade São Camilo, antecipadamente agradecemos.

PROJETO DE LEI Nº 604/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar o Programa de Farmácia Básica para o Funcionário Público Estadual.

Parágrafo Único - Poderá ficar a cargo da Secretaria de Estado da Saúde, através dos Escritórios Regionais de Saúde, a administração do programa, cujas farmácias ofertarão para os funcionários públicos estaduais e seus dependentes, exclusivamente, remédios genéricos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.11.2001.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de autorizar o Poder Executivo a criar o Programa de Farmácia Básica para o Funcionário Público Estadual, com o objetivo de proporcionar aos funcionários públicos estaduais e seus dependentes a possibilidade de comprar, exclusivamente, remédios genéricos.

A proposição em tela, procura aumentar, indiretamente, a renda dos nossos leais e valorosos servidores, que se encontram com seus vencimentos congelados há mais de cinco anos.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 605/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública, o PROVOPAR - Programa do Voluntariado Paranaense Ação Social, com sede e foro no município de Tupãssi, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.11.2001.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Com os Estatutos devidamente registrados sob nº 12337, fls. 61, Livro A-2, Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Assis Chateaubriand, em data de 31.03.1993.

Como é de conhecimento de todos os deputados, a entidade presta relevantes serviços comunitários, sendo merecedora ser reconhecida de Utilidade Pública

PROJETO DE LEI Nº 606/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a ABET - Associação Beneficente Esperança de Tupãssi, com sede e foro no município de Tupãssi, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.11.2001.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Uma entidade que vem prestando relevantes serviços comunitários, cumprindo as finalidades estatutárias no desenvolvimento de ações que concorram para o atendimento simultâneo de crianças, famílias, idosos, dentro do conceito familiar no crescimento e desenvolvimento, educação, saúde, nutrição, saneamento e aspectos legais. Estatuto devidamente registrado sob nº 9563, fls. 299, Livro 1-A, Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Assis Chateaubriand, em data de 09.07.1987.

Solicitamos aprovação do presente projeto de lei em reconhecimento à entidade que tão bem vem desenvolvendo suas atividades comunitárias.

REQUERIMENTO Nº 607/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Creche Santo Antônio, de Jotaesse, com sede e foro no município de Tupãssi, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.11.2001.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Com os Estatutos registrados sob nº 11177, fls. 30, Livro A-2, Registro de Títulos e Documentos da comarca de Assis Chateaubriand, a Creche Santo Antônio, localizada no Distrito de Jotaesse, vem desenvolvendo suas atividades desde 1989.

É merecedora do reconhecimento de Utilidade Pública por lei da Assembléia Legislativa do Paraná, pelo que solicitamos apoio dos nobres deputados.

PROJETO DE LEI Nº 608/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Clube do Vovô de Tupãssi, com sede e foro no município de Tupãssi, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.11.2001.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Com os Estatutos devidamente registrados no Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Assis Chateaubriand, nº 19883 em 03 de outubro de 2000, a entidade vem desenvolvendo seus objetivos, promovendo o idoso bio-psico-socialmente, realizando através da integração atividades sociais, recreativas, esportivas, culturais e ocupacionais, numa verdadeira difusão de civismo e cultura.

É merecedora ser reconhecida de Utilidade Pública Estadual, pelo que solicitamos apoio e aprovação do presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhores deputados.

Venho à tribuna para falar de alguns acontecimentos: relato o primeiro deles, que foi na semana que antecedeu a festa da padroeira do Estado do Paraná, Nossa Senhora do Rocio, cujo santuário está localizado na cidade-mãe do Paraná, na cidade portuária de Paranaguá. O santuário também que esta Casa, num projeto de lei de minha autoria, intitulou como pólo do turismo religioso no Estado do Paraná. Durante uma semana tivemos novenas preparatórias; na segunda-feira da semana passada, uma novena em que esta Assembléia Legislativa era uma das instituições escolhidas para ser, evidentemente, nove-

neira e nós lá estivemos, portanto, representando esta Casa na pessoa do seu presidente, deputado Hermas Brandão.

Na ocasião também entregamos ao Bispo Dom Alfredo Novak, cópia da lei aprovada por esta Casa, que o Governo do Estado sancionou denominando como pólo turístico religioso o Santuário Nossa Senhora do Rocio, localizado na cidade de Paranaguá.

Romeiros de várias partes do Paraná e até mesmo do Brasil estiveram presentes; mais de 50 mil pessoas passaram pelo santuário da padroeira do Estado do Paraná, que teve como ponto mais importante a celebração litúrgica que aconteceu na manhã de quinta-feira, com a presença do Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns de São Paulo, Bispos do Rio de Janeiro, de São Paulo, do interior do Paraná, Bispo Dom Pedro Fedalto, que compareceram, engrandecendo aquele acontecimento. E certamente esse acontecimento também propiciou à cidade de Paranaguá permitir aos seus visitantes conhecer a cidade, conhecer melhor o porto de Paranaguá.

No entanto, no dia seguinte um fato lamentável, uma tragédia aconteceu em Paranaguá com a explosão de um ciclo de um dos armazéns da área portuária, ferindo aproximadamente 17 pessoas, pelo menos 5 delas em estado grave; contornado pela pronta ação do pessoal do Corpo de Bombeiros.

Ocupo também esta tribuna hoje, senhor presidente, senhores deputados, para enaltecer o trabalho da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Lazer, na pessoa do secretário Rodrigo Martinez, pela realização da 5ª Maratona Ecológica Internacional da Cidade de Curitiba.

(Lê):

“Realizou-se em data de ontem (18 de novembro de 2001) nas ruas de Curitiba a 5ª Maratona Ecológica Internacional de Curitiba 2001. A largada ocorreu no Parque Barigüi pela manhã e os atletas percorreram 13 bairros da nossa cidade, em 42 quilômetros do percurso.

A prova premiou as categorias: masculina, feminina e cadeirantes. Na categoria masculina, o vencedor foi o militar catarinense João Gustavo de Assumpção, de Joinville, com o tempo de 2h17min59seg, que é inclusive o novo recorde da Maratona de Curitiba.

Na categoria feminina a vencedora foi Marizete de Paula Rezende, de Minas Gerais, que cruzou a linha de chegada com o tempo de 2h42min21seg. Já na categoria cadeirantes, chegou na frente o atleta Carlos Roberto Oliveira, o Carlão, radialista de Porto Alegre, que disputou a Maratona de Curitiba pela primeira vez e alcançou a chegada em 2h07min32seg. Tanto na categoria feminina como cadeirantes, os recordes anteriores foram quebrados.

A prova, que é de primeiro mundo, atende aos principais quesitos de uma competição internacional e cresce a cada ano. Destaca-se a organização da prova, especialmente no que diz respeito ao atendimento médico aos atletas com cerca de 200 profissionais médicos, enfermeiros e atendentes de saúde que atuaram na prova.

Além disso, a cidade foi antecipadamente demarcada, ao longo de todo o percurso, com faixas avisando a população de que aquele trecho estaria interrompido durante o horário da prova - mais uma mostra da excelente organização do evento. Ainda, durante todo o trajeto, os corredores contaram com banheiros, esponjas molhadas para refrescar rosto e corpo e mais de 700 litros de água que foram disponibilizados.

Durante toda a corrida, os atletas receberam o carinho do público curitibano, que não mediu esforços para prestigiar mais este evento da cidade. Incentivar o esporte já faz parte do dia-a-dia de Curitiba, que tem nesta, mais uma das provas organizadas pela cidade, numa demonstração de amor ao esporte e a Curitiba que teve mais uma vez seu nome brilhando em todo o país, com a divulgação da prova que já conquistou seu lugar no calendário nacional e conta também com atletas internacionais.

Pela organização e realização da 5ª Maratona Ecológica Internacional de Curitiba - 2001, receba a Secretaria Municipal de Esportes, através de seu secretário Rodrigo Martinez (Av. Des. Westphalen, 1566 - Curitiba/PR), os votos de congratulação do Poder Legislativo do Paraná.

Senhor presidente: dizer que pelo menos desta vez quem esteve no litoral do Paraná durante o feriadão e o final de semana, ao que tudo indica tem pouco a reclamar a não ser do tempo.

Mas, em relação a questão da rodovia BR-277, depois das denúncias aqui nesta Casa, nos meios de comunicação, quando relatei que fiquei três horas parado na rodovia no sábado, para descer ao litoral e pagando R\$5,20 para descer, R\$5,20 para subir e enfrentar a má sinalização, a Ecovia ao que parece criou vergonha e fez alguma coisa.

Ontem, para se descer ao litoral no momento em que o pessoal estava subindo, permitiu-se a abertura de pista dupla, na pista contrária que desce a Paranaguá. Não se permitindo, que veículos que descessem ao litoral utilizassem até o viaduto da avenida Rui Barbosa, em São José dos Pinhais, a pista, normalmente, para descer a Paranaguá. Que se fizesse um desvio pela avenida das Torres, pelo Jardim Urano, em São José dos Pinhais saindo na Rui Barbosa e conseqüentemente na BR-277. Não provocando com isso o engarrafamento na chegada a Curitiba e com isso o fluxo foi normal na subida da serra, foi normal também na chegada a Curitiba.

Pelo menos nesse ponto a Ecovia tomou as devidas providências.

Como naquela ocasião criticamos, hoje cumprimentamos essa concessionária por ter feito esta melhoria. Isto não quer dizer que já tenha validade. Já se começa a discutir um novo aumento do pedágio no Estado do Paraná. Assunto que esta Casa tem por obrigação de discutir, de questionar junto ao secretário dos Transportes junto às concessionárias, a busca da transparência dos contratos firmados com as mesmas.

Agora há pouco, na Comissão de Obras desta Casa, foi marcada uma reunião para quarta-feira às 10 horas, na Secretaria dos Transportes, quando vamos discutir com o secretário Nelson Justus os custos, onde se encontrou uma possível percentagem de 9 a 12% do pedágio, no Estado do Paraná. Não discuto até o pedágio das outras regiões, mas este aqui, de Paranaguá. Já tenho em mãos, inclusive, alguns gráficos de caminhoneiros, de sindicatos, demonstrando que o pedágio de Curitiba-Paranaguá é um dos mais caros, não só do Brasil mas do mundo. Quando se paga R\$5,20 para percorrer 85 quilômetros mais R\$5,20 para retornar, total de R\$10,40, numa rodovia que ainda não recebeu todo aquele cuidado necessário e ainda não tivemos as outras obras que se fazem necessárias ao longo da BR-277.

Por isso, nesta semana a questão pedágio não pode fugir ao debate nesta Casa, e não podem também os senhores parlamentares deixar de aproveitar a oportunidade que a Comissão de Obras, presidida pelo deputado Edson Strapasson, da qual nós fazemos parte, de comparecer, na quarta-feira, às 10 horas, na Secretaria dos Transportes para que possamos discutir a questão do pedágio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Ainda no Pequeno Expediente, deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhora deputada, senhores deputados. As notícias que eram veiculadas, nesta Casa, antes do anúncio do leilão da venda da Copel, eram fatos descritos e não provados.

O leilão da Copel não foi efetivado e agora, a cada dia, a cada semana, a cada mês está clareando a posição na qual alguns dos senhores deputados não tinham conhecimento.

Passo a ler, senhor presidente, a vergonha com que foi feita a avaliação da Copel no jornal. Não pode ser desmentido, porque aqui está transcrito em números, jornal de domingo da Folha de Londrina, Folha do Paraná, onde os valores, e as principais irregularidades destes valores estão transcritos em R\$150.000.000,00, em créditos de ICMS que não foram computados; R\$ 140.000.000,00 em créditos do PIS-PASEP que foram omitidos; R\$76.000.000,00 em incidência irregular do CPMF; e agora, mais ainda, R\$688.000.000,00 em projeção da variação cambial; R\$5.000.000,00 em cálculo de despesa com pessoal; R\$500.000.000,00 em reajuste de tarifa da energia de 2.202 e o laudo não apresenta o registro dos profissionais que o fizeram. A metodologia feita pela avaliação não atende as normas vigentes, em solo brasileiro e o deságio em 40% para o valor da liquidação.

Oito milhões, senhora deputada Luciana Rafagnin e senhores deputados, oito milhões; 870 imóveis da Copel. E eu conheço alguns imóveis da Copel, como o

sediado lá na minha cidade, Ponta Grossa, aonde estes 870 imóveis como este da Capital, que todo o Paraná conhece, foram avaliados em uma média proporcional de nove mil reais por imóvel. Nove mil reais por imóvel!

Acredito que o deputado Marcos Isfer, que conhece de perto o valor patrimonial que têm os imóveis da Copel, creio que 8 milhões vale só o que tem na capital do Estado! Só o que possui a Copel aqui em Curitiba, chega neste patamar de oito milhões! O que estão tentando fazer com a Copel é um verdadeiro roubo contra a família do Paraná.

Vai mais adiante o que está transcrito nas parcerias suspeitas que afastam o comprador da Copel, aonde ex-diretores e agora sócios de algumas empresas - e neste instante - ali está ele, ao lado, mais à direita, está chegando ao lado dos bons, que é o deputado Geraldo Cartário, quando ele falou numa das últimas reuniões, que precisaríamos averiguar sobre os salários, sobre os salários da Copel, tudo aquilo que o deputado Geraldo Cartário falava, em tão boa hora, e com grande conhecimento. Deputado Geraldo Cartário: quero que V. Exa., que tem se pautado na vida pública sempre numa linha correta ao interesse do Paraná, faça um requerimento para sabermos o quanto ganha a diretoria da Copel, como é que foram feitos esses acordos denunciados, para vermos a transparência dessa diretoria que aí está, que o governador Jaime Lerner nomeou. Vamos ver se realmente trabalham no interesse de fazer uma Copel limpa ou fazer um papel sujo, como estão fazendo.

Quero de antemão, dizer, em nome de toda a Bancada do povo do Paraná, que votaremos com V. Exa. Vamos trazer a este Plenário o conhecimento da verdadeira situação da Copel. Junto ao seu requerimento, estamos protocolando outro, para trazermos aqui, o presidente do fórum da Copel, aquela pessoa que V. Exa., deputado Geraldo Cartário, ali na tribuna fez com que algumas questões pendentes fossem questionadas. E nós, trazendo o ex-deputado Nelton Fredrich, pessoalmente, fazendo com que...

(usa do Horário da Liderança do PDT - um minuto)

...ele tenha a oportunidade de se defender nas questões levantadas contra sua pessoa, mas que também tenha a oportunidade de transmitir para o Paraná as questões que até ontem eram obscuras, escondidas, e hoje estão sendo transparentes a todo o povo do Paraná.

Tenha certeza, deputado Geraldo Cartário, que o vossos requerimento tem o nosso apoio. E queria pedir a V. Exa. o apoio ao nosso requerimento para que o ex-deputado e presidente do fórum da Copel tenha a oportunidade de vir aqui falar o que realmente o Paraná precisa conhecer: os dois lados da questão.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhora e senhores deputados:

Hoje deve ser um dia muito triste para o governador Jaime Lerner. Ontem, segundo as notícias, ele desceu em Curitiba, procedente dos Estados Unidos.

Completo a 42ª viagem, como se fosse uma andorinha, porque o governador assemelha-se aos pássaros voadores, assim como a Andorinha voa para os Estados Unidos no período do calor, o governador também voa para os Estados Unidos por qualquer motivo. Então, hoje deve ser um dia exatamente difícil, ruim, azedo para o governador porque ele está em solo paranaense. E como deve ser ruim para esse cidadão permanecer aqui no Estado do Paraná, até porque se levamos em conta as suas longas viagens, permanentes viagens, é natural que esta é a clara e inequívoca demonstração de que o governador Jaime Lerner não tem apreço pelo Estado do Paraná.

Quarenta e duas viagens. Movemos uma representação no Ministério Público contra o governador Jaime Lerner. Nós queremos saber quem é que está pagando essas viagens, o que é que ele está indo fazer um curto intervalo de tempo, nos Estados Unidos.

Semana retrasada ele completou a 41ª viagens àquele País, agora completou a 42ª, de forma que é inexplicável.

Eu até disse que nós precisaríamos contratar uma junta de psiquiatras, psicólogos, para submeter o governador a um exame, por que esta compulsão por viagens, nem Freud explica, talvez um conselho de psiquiatras, de psicólogos possa explicar.

Talvez, deputado Waldyr Pugliesi, na próxima reunião da Oposição, tenhamos que fazer essa análise, para contratarmos um Conselho de psiquiatras para consultar o governador Jaime Lerner, a fim de que possamos descobrir a origem desse sentimento de Andorinha, de Gavião que domina os impulsos do governador viajante, andarinho voador. Passa mais voando do que ali onde o povo do Paraná lhe colocou, infelizmente, por duas vezes.

Senhor presidente, além de comemorar de forma triste e lamentável a 42ª viagem do governador Jaime Lerner ao exterior, também venho à tribuna para dizer que ainda na tarde de hoje estaremos dando entrada no Ministério Público contra o Cid Campêlo.

Estamos movendo uma representação contra o senhor Cid Campêlo que é um dos secretários ali do Palácio, não sei exatamente para quê, pois são tantos que se batem uns aos outros, de tantos secretários que possui o governador, no Palácio Iguaçu.

Ninguém sabe exatamente a função de cada um deles, mas nós estamos movendo, no dia de hoje, uma representação contra o senhor Cid Campêlo.

(Passa a usar o Horário da Liderança)

É de notório conhecimento que o senhor governador, durante o período de exercício dos seus lamentáveis mandatos frente ao Governo do Estado, empreendeu muitas viagens ao estrangeiro. Precisamos passar a limpo

isso tudo, para que todo o Paraná saiba quem é que está pagando as suas despesas.

Estamos movendo uma representação contra o senhor Cid Campêlo, em função do cargo que exerce em uma Secretaria criada especialmente pelo governador Jaime Lerner, para apaziguar os interesses da sua relação de amizades. Nos governos anteriores havia só um chefe da Casa Civil e dava conta do recado. Agora, no Governo Jaime Lerner, tem o chefe da Casa Civil, o secretário de Governo, o secretário-chefe de gabinete, o secretário especial do governador, isso tudo era exercido apenas por um secretário na época em que o PMDB governava o Paraná. Na época do Paulo Pimentel, do Ney Braga, essa gente governava o nosso Estado. Essas pesadas funções, trabalhosas funções são exercidas por cinco secretários. Com salários polpudos.

O secretário de governo, que não sei exatamente qual é a sua função, segundo a imprensa noticiou, é o chefe do serviço de loteria do Estado do Paraná. Exatamente esse serviço de loteria do Paraná, que fez a concorrência para os serviços de vídeo-loteria e que estão sob fortes suspeitas.

Já que a Assembléia Legislativa não quis, porque na sua maioria rejeitou um pedido de informação que formulamos para saber o que é que aconteceu com esta situação envolvendo a concorrência pública. Esse procedimento licitatório, que tinha como objeto entregar a administração do serviços de vídeo-loteria do nosso Estado. Queremos saber o que existe sobre esse episódio. Queremos saber tudo.

Por isso que estamos movendo esta representação no Ministério Público. O Ministério Público vai requisitar o homem que está ali no 3º andar do Palácio Iguaçu e que exerce um dos cinco cargos de secretários, o tal de Cid Campêlo. Que ele repasse ao Ministério Público do Paraná todo o processo que envolve a licitação que está sob suspeita de trambicagem. Porque não nos convenceram até agora. Não nos convenceram do procedimento; (como está preconizado na Constituição da República) da transparência e dos outros predicados enumerados na Constituição Federal, que são obrigação da atividade pública e não sabemos por que cargas d'água, o Governo Jaime Lerner quer manter também esse processo, escondido, como se fosse um segredo de Estado.

Se não quis revelar à Assembléia Legislativa do Paraná todo esse procedimento nebuloso, por que uma empresa que não existia foi registrada no dia 20 de junho, uns dias antes do processo de licitação? Que tem como representante do Paraná, a filha do chefe do setor de Cerimonial do Palácio Iguaçu que ganhou a concorrência? Até agora ninguém nos explicou! E quando quisemos passar o requerimento, aqui na Casa, o Governo orientou a sua Bancada para que o rejeitasse.

É um procedimento, senhor presidente, senhores deputados, altamente suspeito e que não podemos deixar assim. Por isso, estamos aqui com a representação, que iremos encaminhar ao Ministério Público, na tarde de

hoje, para que o Ministério Público busque as informações que queremos, que o povo do Paraná precisa para que essas negociatas que o Governo Jaime Lerner se tornou doutor, professor, mestre, sejam desvendadas, esclarecidas e o povo do Paraná possa saber, exatamente, o que está ocorrendo com o dinheiro público e com os negócios do Estado do Paraná.

Então, tive o privilégio de falar com os meus colegas e nobres deputados sobre esses dois episódios, que infelizmente, marcam de forma muito triste o Estado do Paraná.

Mas, em nome do PMDB, quero concluir aqui, parabenizando o deputado Hermas Brandão pela sua ascensão ao cargo de governador do Estado do Paraná.

Quero, em nome do meu partido, parabenizar o deputado Hermas Brandão, por ter tido, em nome do nosso Poder, em nome da Assembléia Legislativa, o prazer e o privilégio de, num período curto, é verdade, mas estar lá à frente do Palácio Iguazu e neste período o Paraná ter vivido sem o sobressalto de algum problema de ordem moral, porque se não fosse assim, com certeza, estaríamos aqui hoje, relatando algum outro tipo de maracutaia que nesse período, principalmente, que tinha um feriado prolongado, provavelmente o governo, presidido por aquele que se elegeu, sem sombra de dúvida, teria se envolvido.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Pequeno Expediente, com a palavra o senhor deputado Cezar Silvestri.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

O deputado Luiz Carlos Zuk já fez no seu pronunciamento um comentário sobre a matéria divulgada na Folha do Paraná de domingo, que fala das parcerias suspeitas que afastam os compradores da Copel.

Já tivemos oportunidade, neste Plenário, de fazer uma análise do porquê que a Copel não foi privatizada no último dia 06 deste mês. Várias pessoas, várias correntes, acharam uma justificativa.

Eu tenho dito, publicamente, que acredito que o efeito do atentado terrorista do dia 11 de setembro, é o grande responsável pela não privatização da Copel. Mas essa matéria de domingo, dá uma nova versão, dizendo que algumas parcerias que foram feitas entre a copel e a iniciativa privada, num total de 29 parcerias, fizeram com que a Copel fosse desvalorizada, ou seja: todos os bons negócios que a Copel vinha fazendo ao longo de sua história, sem haver a necessidade de intermediação, foram delegadas a empresas de pessoas ligadas ao grupo do governador Jaime Lerner.

Ou seja, como diz a matéria: “O filé mignon foi entregue nessas parcerias, deixando o osso para a Copel, para a estatal”. Comecei a fazer uma reflexão, e realmente, isso tem fundamento. Acredito ainda, defendendo, que a causa principal, que mesmo o osso vale esse preço

mínimo que o Governo do Estado colocou para a venda da Copel! Mesmo vendendo apenas o osso!

Mas, se fizermos uma retrospectiva, quando ocorreu o atentado do dia 11 de setembro, todas as empresas que estavam naquelas duas torres, todas elas, sem exceção, tinham altos seguros feitos com diversas empresas do mundo todo.

Além das duas torres que estavam lá, seguradas também com seguros altíssimos, a informação que nos passam do mercado internacional, que todas as empresas, instituições financeiras têm junto a si, seguradoras.

Logicamente que foram abaladas nas suas estruturas, todas as grandes instituições financeiras!

Dando como exemplo, se pegarmos o Citybank, ele têm junto consigo, uma financeira, uma seguradora. Com o grande volume de seguros que a sua seguradora terá que pagar nos próximos meses, logicamente que há um abalo na própria instituição.

Prevendo isso, as seguradoras do mundo inteiro tem um pacto, um convênio, que quando há uma catástrofe internacional de grande vulto, elas se associam e há uma repartição desse prejuízo entre todas elas.

Mas, sem dúvida nenhuma, todas elas ficaram temporariamente comprometidas em seus investimentos, e ninguém faz o negócio de vulto, como é a compra da Copel, um negócio de 2 bilhões de dólares, apesar de estar subavaliada, na minha avaliação, sem que passe por um empréstimo financeiro de longo prazo.

Ninguém tira do seu capital de giro dois bilhões de dólares, do dia para a noite, para colocar em um negócio, principalmente, num momento de crise e insegurança internacional que estamos vivendo.

Por essa razão, todas as empresas internacionais, vocês podem reparar, que as oito empresas que desistiram do leilão, primeiramente foram as empresas internacionais, porque elas não conseguiram empréstimos lá fora. E as outras três ficaram na expectativa de que o BNDS liberasse financiamento. Até porque contavam que o governador Jaime Lerner, por pertencer ao PFL, partido ligado ao Governo Federal, usaria da sua força política para conseguir esse financiamento junto ao BNDS; não conseguiu. O próprio presidente do BNDS quando aqui esteve, dizia claramente que não liberaria recursos nesse momento e que o governo deveria desistir da privatização da Copel.

Mas o que me traz à tribuna, na tarde de hoje, é porque o Governo lança uma nota oficial que, na minha avaliação, é um desrespeito a todos os deputados da Oposição, é um desrespeito a quatrocentas entidades que se posicionaram contra a venda da Copel e um desrespeito a mais de 92% do povo paranaense.

Na nota oficial, com nove parágrafos, em um deles diz o seguinte: “A criação de tais parcerias - ele fala das vinte e nove parcerias que é fruto dessa matéria, quando foi feita a análise, que em função dessas parcerias havia tido uma desvalorização nas ações. E o Governo diz que a criação de tais parcerias se deu em absoluta observância

às leis nacionais e estaduais, respaldadas em autorizações legislativas vigentes.

Eu perguntaria ao senhor presidente e aos senhores deputados: qual foi a autorização legislativa para a criação da Tradener, que é essa empresa que junto com o deputado Marcos Isfer, nós fizemos uma denúncia há muito tempo atrás, inclusive quando nós votamos o projeto de iniciativa popular eu tive a oportunidade de ocupar esta tribuna, e naquela ocasião, eu já denunciava o grande escândalo que era a criação dessa empresa, que foi criada com dez mil reais de capital social há dois anos atrás, e passado um ano essa empresa teve um aumento de capital para um milhão e oitocentos mil reais! Logo após, nós tivemos a entrada de pessoas extremamente ligadas ao governo Jaime Lerner, como é o caso da entrada na sociedade da Empresa DGW do senhor Donato Gulin e do senhor engenheiro Walfrido Ávila, ex-funcionário da Copel.

Uma empresa que começou com dez mil reais de capital social passa para um milhão e trezentos mil um ano depois e agora é colocado uma multa, prevendo a privatização da Copel, que se a empresa que viesse a ganhar a privatização da Copel cancelasse o contrato com a Tradener, ela teria que pagar uma multa de vinte milhões de reais! É o maior escândalo já visto e o que é pior: 2% de tudo o que for comercializado de energia da Copel, tanto na venda ou na compra de energia, como é o caso da importação da energia da Argentina, essa empresa ganha, de mão beijada, 2%.

O Sr. Marcos Isfer

V. Exa. me concede um aparte, deputado Cezar Silvestri?

O SR. CEZAR SILVESTRI

Pois não.

O Sr. Marcos Isfer

Eu agradeço o aparte, além de reiterar o que V. Exa. coloca hoje, com muita veemência da tribuna.

Eu gostaria de dizer que, se essa Nota Oficial é verdadeira, eu não entendo porque é que a bancada do Governo tem se negado a nos deixar entrar e instaurar uma Comissão de Investigação Especial com relação a essas empresas formadas! Veja V. Exa. que já tem demonstrado por inúmeras vezes e agora o jornal Folha do Paraná traz isso estampado, o governo tenta dizer que é uma atitude politqueira, que apenas faz política, mas nós temos aí vinte e cinco assinaturas de deputados que pedem essa Comissão Especial de Investigação e tenho certeza que nós poderíamos aprovar nesta Casa essa comissão e imediatamente começarmos a verificar que lei e que número tem essa lei que autorizou, por exemplo, a criação da Tradener, deputado Cezar Silvestri.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Exatamente, deputado Marcos Isfer.

Continuando exatamente em cima do seu raciocínio, na nota oficial diz que os parceiros foram escolhidos de forma bastante criteriosa, sempre de acordo com a sua capacidade de agregar valor. Eu pergunto: qual é a capacidade de agregar valor que tem a esposa do senhor Donato Gulin, a senhora Vera Gulin?

Será que a ligação e a amizade que tem com o governador Jaime Lerner?

Depois diz, no parágrafo oitavo da nota oficial: “a história da Copel tem sido de eficiência e respeito às leis e assim será enquanto persistir a sua atual gestão”. Perfeitamente transparente! Vejam, senhores deputados, perfeitamente transparente, aberta ao escrutínio dos poderes públicos instituídos para tal. Se é transparente, como diz a nota oficial, porque o governo não libera a base de apoio e sustentação que tem na Assembléia Legislativa, para que possamos instalar essa Comissão Especial para investigar, das 29, pelo menos uma delas, que é essa empresa constituída através do maior escândalo que eu já vi na minha vida pública, que é a Tradener. E vejam vocês, quando ele fala que tem respaldo legislativo, pergunto a qualquer deputado: quando é que votamos a autorização para a constituição da Tradener, a participação da Copel na constituição dessa empresa?

Nenhum deputado votou. E a Constituição Estadual é clara, porque há correntes do lado do Governo que tentam justificar o injustificável, que diz que existe uma autorização genérica que nós votamos em 1998.

A Constituição Estadual é clara e diz o seguinte no seu artigo 27, Inciso XIX: “Depende de autorização legislativa a transformação, fusão, cisão, incorporação, extinção e privatização, em cada caso, caso a caso, a criação de subsidiária das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresas privadas. O inciso XIX do artigo 27 da Constituição Estadual é claríssimo: caso a caso, a Copel teria que enviar, o governo teria que enviar uma mensagem à Assembléia Legislativa pedindo autorização para que a Copel fizesse parceria com a iniciativa privada.

Isso não foi feito. Vinte e nove empresas foram criadas sem que houvesse uma autorização legislativa específica; todas elas estão ilegais, e logicamente que isso pesa. Uma empresa que vai gastar dois bilhões de dólares, investir em uma empresa vendo que todas as suas participações acionárias são irregulares, são ilegais, sabe que mais cedo ou mais tarde a justiça vai cancelar essas concessões, ela não tem outra alternativa, se não realmente não dar lance, pode até não divulgar, mas logicamente que não dá lance!

Por isso, eu acredito que essa matéria tem realmente um fundo muito grande de verdade! Dificilmente nós teremos uma empresa privada que dará lance na aquisição da Copel enquanto isso não for regularizado! E para que isso seja regularizado é preciso que seja enviada mensagem à Assembléia Legislativa de caso, para que possamos votar favoravelmente ou não a essas constituições. E também todos os atos feitos por essas empresas

tornam-se nulos. Eu acho que nós vamos entrar em um buraco negro jurídico, porque muitos e muitos anos requererão para que isso seja regularizado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Aos poucos a sociedade paranaense vai conhecendo *pari passu* os caminhos percorridos por esse Governo para tentar a privatização da Copel. Caminho que eu quero crer, foi inclusive negado o seu conhecimento aos deputados, mesmo da Bancada do Governo, que querem discutir com seriedade essa questão, não aqueles que quando o deputado Cezar Silvestri falava aqui, propuseram a retirada para não ouvir falar da Copel, porque esses, deputados Cezar Silvestri, realmente não estão interessados em conhecer a realidade da Copel; estão interessados muito mais em conhecer o produto da realidade da Copel, do que ela poderá ser representada, enfim, essa entrega do patrimônio público.

Mas, o Governo, e aqui estendo essa colocação ao líder do Governo, ao vice-líder, que dizem que querem discutir a questão da Copel.

E nós queremos, deputado Caíto Quintana, sempre queremos, sempre estivemos dispostos e em todas as oportunidades nós assumimos desta tribuna, para falar da Copel. Incansavelmente, vamos continuar, nós, eu, e muitos outros deputados que têm esta visão.

A nota que o governo faz subscrever é no mínimo clínica, para não dizer de má-fé, porque quando afirma que é oportunismo político daqueles que criticam as parcerias da Copel, de que foram curiosamente observadas todas as suas parcerias. Mas o que eu posso dizer de uma empresa, que chamei para ser minha sócia, que tinha capacidade financeira para aportar a necessidade do empreendimento que estava sendo objeto?

O caso de Foz do Chopin, onde a Copel emprestou 26 milhões, para o seu sócio pagar em trinta anos, a uma taxa de 6,35 ao ano! Depois, o governo vem na nota, deputado Cezar Silvestri, e diz que a partir de 95 para cá está impedindo o acesso aos organismos de financiamento nacionais, como a Caixa, o BNDS e o Banco do Brasil! Ora, é uma gozação com a cara do paranaense e daqueles que têm respeito por este Estado! Para não dizer uma hipocrisia sem reparo, do atual governo! Tem gente de boa intenção na base do governo, que eu tenho certeza que não conhecia esses dados.

Quanto foi, deputado Carlos Simões, que o governo emprestou, em Foz do Areia, a 6,35, ao ano? Realmente é um dos assuntos que V. Exa. precisa buscar conhecer, porque quem vota em um projeto como a Copel, precisa! Estou lhe fazendo isto, deputado Carlos Simões, para trazê-lo para o debate!

É por estas questões, que é necessário que votemos com consciência, sabendo que não estamos entregando 26 milhões em Foz do Chopin, para um sócio que não teve condições de capital, para investir. Depois, o governo diz que precisa vender a Copel, presidente, buscar parceiros, porque estes vieram capacitar financeiramente a empresa. e que ela não tinha condições de fazer os investimentos, porque não tem mais acesso ao BNDES - se tenho capacidade de aportar 26 milhões em uma obra, em que boa parte dela foi reaproveitada. Por isso, mostra-se que não há seriedade, nestas colocações e não havendo seriedade, não há por que ter respeito, porque o respeito se conquista com a seriedade. O governo quando não tem seriedade, não tem por que respeitá-lo, assim como qualquer um outro que tome uma posição na vida.

Por estas razões é que a sociedade paranaense precisa conhecer, por inteiro, o que foi feito com a Copel ou o que foi pretendido fazer com a Copel. Não pode, agora, o governo querer vir dizer que a Oposição estava disposta a fracionar a Copel, em nenhum momento. Nem o fórum e nenhum dos membros responsáveis da Oposição quer, nesta Casa ou fora dela, através das instituições, teve a disposição de querer fracionar a Copel, vendê-la fatiada, como se fosse presunto, em porta de açougue!

O Sr. Cezar Silvestri

Permite-me um aparte, deputado?

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

V. Exa. fala no Horário do PDT.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, concedo o aparte ao deputado Cezar Silvestri.

O Sr. Cezar Silvestri

Deputado José Maria, V. Exa., logicamente, não podia em pouco tempo que tinha para ocupar a tribuna, discorrer sobre todos os assuntos que falava nessa matéria, mas uma delas que V. Exa. levanta agora, diz respeito diretamente ao projeto de minha autoria e do deputado Marcos Isfer. Que é um projeto que mantém o setor de geração e transmissão na mão do Governo e liberaria o Governo do Estado a vender o setor de distribuição e a participação acionária que ela tinha nessas diversas empresas.

Inclusive, nessa matéria, diz também, que é um projeto defendido pela Oposição e fala até da possibilidade de ter o apoio da Oposição.

Quero deixar claro o posicionamento nosso, tanto meu como do deputado Marcos Isfer, o posicionamento do PPS, que esse projeto foi apresentado aqui, por nós, e foi apresentado pelo Partido na Câmara Federal e no Senado da República.

Então, não vejo problema nenhum de nós, inclusive, apoiarmos essa iniciativa do Governo.

Agora vamos deixar claro aqui que não aceitaremos de forma nenhuma que o Governo do Estado faça um leilão, como se tivesse fazendo um leilão de quermesse de igreja, aonde picoteia a Copel, em 20, 30 pedaços para vender para quem der o maior lance. Nós não aceitamos que o setor de geração e transmissão, isso falo para que não fique dúvida inclusive com a imprensa do Estado do Paraná.

Setor de geração e transmissão é estratégico, e nós não abrimos mão e vamos continuar mantendo o nosso posicionamento.

Se realmente o Governo do Estado diz que está pensando na mesma linha que nós pensamos, inclusive de adotar o nosso projeto, é muito simples, é só mais uma vez liberar a Base de Apoio do Governo na Assembléia Legislativa, para que nós tenhamos assinaturas. Nós reapresentaremos o nosso projeto e liquidamos de vez essa história de vender o setor de geração e transmissão que na nossa avaliação é estratégico para o desenvolvimento do nosso Estado.

Há muitas pessoas querendo colocar dúvidas no posicionamento do nosso Partido. O nosso Partido continua firme no mesmo propósito, não abre mão de que o setor geração e transmissão continue na mão do Estado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Obrigado pelo aparte.

Quero colocar uma questão para que fique esclarecido, pela forma que afirmei.

O Governo não só pretende fazer o fatiamento da distribuição; ele vai fatiar em várias etapas e é esse fatiamento que com toda a seriedade nós não podemos permitir, porque estaria alcançando os próprios objetivos com o fatiamento da ação.

O Sr. Marcos Isfer

O juiz federal de Santa Catarina anula a criação da Gerasul. E anula com base no mesmo artigo que nós temos batido, o Governo Estadual não observou quando da criação de todas essas subsidiárias.

Então, fica muito claro aqui, que efetivamente a Constituição Federal vale, a Constituição Estadual do Paraná vale, apenas alguns não querem ver quando nós questionamos a constituição dessas subsidiárias sem lei específica para tal.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

É válida a sua colocação e vem em boa hora, até porque o Fórum de Defesa da Copel apresentou a ação nesse sentido, na Justiça do Estado; não logrou resultado e estamos com recurso a nível Federal, mostrando que o Fórum está sincronizado com a questão legal. A questão da legalidade da constituição das empresas que deram origem a essas 29 outras, que aqui hoje foi colocado.

Mas, gostaria de colocar a ter resposta da Bancada que faz o apoio veemente da venda da Copel no item 08, da nota oficial.

“A História da Copel” - diz a nota - “tem sido de eficiência e respeito às leis e assim será enquanto persistir a atual gestão.”

Perfeitamente transparente, deputado Waldyr Pugliesi. Tenho pejo de assinar uma nota oficial, com essas expressões e subscrevendo.

Ora, que eficiência foi esta, se no ano passado a empresa lucrou 430 milhões e este ano está em setembro com o lucro de 89 milhões?

Qual é o resultado?

Se nós não tivemos racionamento, se nós tivemos nesse período correção dos valores, porque em janeiro, era 212 reais por KW/h, hoje estamos pagando 263KW/h? Se houve correção, se não houve racionamento e a nossa taxa de crescimento continua em torno de 5% na demanda de energia ao ano, por que diminuiu o lucro? Porque o filé mignon foi devorado por essas outras empresas que compõem o time de sanguessugas dentro da Copel! Esta já é uma denúncia que fiz em 28 de outubro, quando trouxe ao conhecimento deste Plenário, o resultado de uma conversa entre o doutor Said de Brito que dizia que não haveria interessados nesta proposta em função de três situações: os contratos que a Copel firmou e que no mês de setembro eles avolumaram e que eram danosos ao investimento da Copel. Segundo, a questão de Nova York e Washington e outra, que o governo estava reticente em poder abrir o prazo. Essas razões já eram conhecidas. Nós trouxemos aqui no dia 28 de outubro, dizendo que não iria haver e quais eram as razões e aqui estão sendo confirmadas.

Tem mais: aquela relação que fizemos, das razões, posterior ao dia 31, da não venda, é só dar uma olhada nela e procurar nas notas taquigráficas e no nosso Diário da Assembléia, vão entender porque hoje não estão conseguindo vender a Copel.

Senhor presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Grande Expediente, concedo a palavra ao deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, quero cumprimentar a Mesa. Venho à tribuna para fazer relato sobre as contas do governo. Confesso que não o faço com prazer; gostaria de não estar trazendo informações sobre um Paraná delapidado.

Tenho a certeza, como muitos de nós que sabemos do esforço que será necessário para ver o Paraná reconstituído. Entendo ser esse um momento delicado e preocupado, porém, reflexivo e desafiador.

Para que possamos analisar as contas do governo, no momento atual, ou seja, a sua última prestação de contas referente ao ano de 2000, temos que apresentar um histórico de, no mínimo, dos últimos cinco anos.

Analisando a situação dos números ano a ano, podemos, de maneira consistente, afirmar a real situação

econômica e financeira em que se encontra o Estado do Paraná e que sofremos as consequências de causas que estão distribuídas nos anos que se passaram e que o governo Lerner vem permitindo.

Dada a gravidade dos fatos que envolvem a gestão do governo Jaime Lerner, sintetizada nas prestações de contas anuais, notadamente no que se refere ao exercício de 2000, entendemos que sua análise e comentários pertinentes, devam ser apresentados por módulos, distribuídos em diversos pronunciamentos desta tribuna.

Entendemos ainda que o desdobramento da matéria pela complexidade dos fatos, só trará benefícios para um entendimento mais homogêneo, por oportunizar análise e debates com maior profundidade com que o assunto merece, sem com isso, descarregar a atenção dos senhores deputados na questão eleitoral.

Portanto, os Módulos, os Capítulos que serão apresentados dia-a-dia nesta tribuna, versarão sobre:

Módulo 1 - Anomalias operacionais dos Fundos Especiais.

Módulo 2 - Irregularidades generalizadas na questão do Fundef

Módulo 3 - As privatizações e o desastre econômico e financeiro no saneamento do Banestado.

Módulo 4 - Anomalias, improbidade, descumprimento e preceitos constitucionais, da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como as ressalvas técnicas do Tribunal de Contas.

Módulo 5 - Análise da situação econômico-financeira do Estado.

Senhores deputados, hoje limitarei a apresentar um breve resumo, representando as Sete Chagas que o Judas do Paraná legou ao nosso Estado e ao povo paranaense.

Quando o senhor Lerner recebeu o governo a dívida pública de toda História do Paraná era de 1,4 bilhões.

Em 2001 passa para 12,1 bilhões de reais. Ou seja a dívida que foi construída em toda a história do Paraná antes da malfadada era Lerner. Foi multiplicada por 8 vezes em apenas 6 anos. De 95 a 99 o governo gastou em propaganda e em publicidade, 406 milhões de reais. Somente em 98, o ano político, o gasto foi de 134 milhões de reais. Neste ano com todas as dificuldades, que o País atravessa, esse Governo gastou no ano de 2000, 67% a mais do que gastou em 1999.

Ora, num ano em que o Governo apresentou insuficiência financeira de 3,1 bilhões de reais, o Governo exorbitou mais uma vez com os gastos de propaganda.

E prestem atenção, senhores deputados, a Secretaria de Transporte gastou no ano de 2000 mais em propaganda e em publicidade do que em suas atividades fins! Como podemos omitir isso? As dívidas com restos a pagar, que incluem as dívidas do Governo com precatório, saltou de 97 para 98, de 1,1 bilhão para 3 bilhões de reais.

A evolução da dívida ativa de 95 a 99 de 692 milhões, para 2,9 bilhões de reais, chegando, em 2000, a 3,4 bilhões de reais.

Quinto - Entre recursos aplicados encampados pelo Estado no saneamento do Banestado, foram 5,6 bilhões de reais. Para transferir a iniciativa privada, o Banco Itaú, por aproximadamente 1 bilhão e 600 milhões de reais.

Será hora da exposição de detalhes nas próximas Sessões que farei especialmente sobre o Banestado. Em 95 o Estado tinha um ativo de 3,5 bilhões de reais e um passivo de 2 bilhões de reais. Ou seja, vendendo tudo que o estado tinha, dava para pagar a dívida com sobra.

Hoje os ativos do Estado somam 10,2 bilhões de reais e o passivo 12,1 bilhão de reais, ou seja...

Senhor presidente. Não admito, deputado Traiano não admito o que V. Exa. vem, fazer aqui. Isso é um desrespeito a um trabalho realizado, não aceito que V. Exa. venha aqui falar alto e não deixar os deputados prestarem atenção em dados sérios e honestos.

O Sr. Ademar Traiano

Não sou obrigado a lhe ouvir, deputado Neivo. V. Exa. me parece que tem que procurar algum tratamento. Não está agindo com decência.

O SR. NEIVO BERALDIN

Desculpe-me, deputado Traiano.

O Sr. Ademar Traiano

Não sou obrigado a lhe ouvir, estou co versando com o deputado Nereu, não estou lhe agredindo, não estou lhe ofendendo.

Portanto, V. Exa. se mantenha equilibrado.

O SR. NEIVO BERALDIN

Deputado Traiano, V. Exa. me desculpe. Mas vamos respeitar, pelo menos, não tentar atrapalhar o discurso que traz números, dados e informações com bate-boca!

Então, eu continuo.

Vendendo tudo que o Estado possui hoje, não daria para quitar toda a sua dívida, e ainda ficaríamos devendo 2 bilhões de reais. Com isso o senhor governador reduziu o índice de liquidez do Estado do Paraná, de 95 a 2000, de R\$1,03 para R\$0,12.

Senhores deputados, a situação financeira do nosso estado é gravíssima! Os números não mentem! Não há propaganda que se faça que possa mascarar a realidade catastrófica que a contabilidade nos mostra.

Os técnicos do Tribunal de Contas elencaram vários pontos, considerados relevantes, dos quais apresentamos alguns:

Tabela nº 43 - Os gastos com divulgação e propaganda foram 67% superiores apurados ao exercício anterior. A movimentação dos gastos com precatórios revelou que foram pagos 0,56% dos saldos de restos a pagar, de 99 a 0,22% do valor empenhado em 2.000, restando um saldo a pagar de 2,9 bilhões de reais. a dívida ativa evoluiu, em relação ao exercício anterior, 18,25% com ins-

crições no exercício, de 654 milhões e recebimento de 6,7 bilhões.

Foram feitos alguns questionamentos por essa IGC, que é do Tribunal de Contas, junto à Secretaria de Estado da Fazenda, acerca da contabilização dos valores da dívida ativa: “não atendidos até o encerramento de nossos trabalhos”. Podendo levar ao entendimento da prática de renúncia de receita, vedada no artigo 14, inciso 1, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Existência de cessão de crédito à União, antecipação dos royalties de Itaipu, período 2.000-2.020, valor 1,7 bilhão, utilizados para capitalização do Paraná previdência do Estado. O saldo da dívida pública totalizou ao final do exercício de 2.000, 12 bilhões e 100 milhões de reais, correspondendo a um decréscimo de 9,43% em relação a 99. O saldo patrimonial acumulado passou a um passivo real, a descoberto, de 364 milhões, em 99 para 1,8 bilhão, em 2.000 tendo como principal causa a alienação do controle acionário do Banestado.

O grau de endividamento do Estado apurado foi de 117,85% do seu ativo real e o índice de liquidez de 0,16 para cada real de dívida. Esse desequilíbrio econômico-financeiro está em discordância com o disposto no inciso 10 do artigo 10 da Lei de Responsabilidade Fiscal que prevê o equilíbrio das contas públicas.

Também foram mencionados alguns pontos relevantes sobre os aspectos legais e jurídicos que também merecem destaque. O Estado descumpriu o disposto no artigo 72 da Lei de responsabilidade fiscal, relativamente aos gastos com despesas de serviços de tesoureiros em relação ao exercício de 99, sendo notificado pelo Tribunal de Contas.

O gasto com educação atendeu o limite constitucional, se incluídos os relativos ao ensino superior, se excluído esse item o percentual reduziria para 22,07% abaixo do preceito constitucional. A comparação dos gastos, com Educação, nos últimos exercícios, mostra um acréscimo da base de cálculos, receita-impostos contra uma redução na aplicação de recursos principalmente no nível médio. O Estado cumpriu o disposto na Emenda Constitucional 14/96 que determina a aplicação de, no mínimo, 60% dos gastos com educação, manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental. A Inspeção de Controle Externo constatou fatos anômalos de ordem financeira, administrativa e contábil, em relação à movimentação dos recursos do Fundef.

Prestem atenção: recursos do Fundef. Amanhã irei abordar a questão do Fundef, que muitos prefeitos do Paraná se encontram em enormes dificuldades.

(Reinicia leitura)

“O Estado atendeu os limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000, relativos a gastos com pessoal em todos os seus níveis: Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público.

Entretanto, o Poder Executivo e o Ministério Público foram alertados por ultrapassar limite constitucional. Ressalte-se a discrepância entre dados apresenta-

dos no relatório de gestão fiscal e os apresentados no balanço geral do Estado, sem qualquer justificativa.

O Governo Estadual descumpriu o mandamento constitucional relativo à aplicação de recursos em ciência e tecnologia. O Estado descumpriu o disposto na Emenda Constitucional nº 29, no tocante a gastos com serviços de saúde, aplicando 4,6 dos recursos quando deveria aplicar, no mínimo, 7%.

Verificou-se o não atendimento ao ordenamento da LDO em relação à alocação de recursos da GE SEF (*sic*), ao SEDU. Tramita na Corte, processo de denúncia de impugnações de despesas propostas contra a administração do Estado.

A prioridade é mostrar, através dos meios de comunicação, uma fantasia que nada tem a ver com a realidade, além de uma série de dúvidas e interrogações que envolvem todas as contas do Governo, ou seja, falta de transparência.

E por falar nisto, vejamos o que dizem os técnicos do Tribunal de Contas a este respeito, fazendo inclusive algumas recomendações: discriminação adequada à natureza dos precatórios judiciais na prestação de contas, proporcionando transparência às atribuições do Estado, com dívida em espécie. Que o Estado cresça, que o Estado se dê à prática de extorner empenhos.

Vejam os senhores, deputados, que o Estado cesse a prática de extorner empenhos já liquidados, pois o fato afronta os princípios contábeis da competência e da transparência, afetando os demonstrativos contábeis. E os senhores técnicos vão adiante e ainda afirmam: de maneira clara observa-se que demonstrativos consolidado que serviu na base de demonstração contábeis, que o Estado realizou as seguintes operações contábeis: efetuou uma exclusão, cancelamento, tanto nas inscrições, nas baixas, na conta do demonstrativo, no ativo do exercício de 2002, o valor de 455,6 milhões, oriundos de créditos provenientes e inscritos na dívida ativa, composto das contas de parcela de dívida ativa, pagamentos e inscrições indevidas e redução de juros.

Considerou uma baixa, no exercício, o valor de 77,7 milhões correspondente ao valor de anistia fiscal. A inspeção de Controle do Tribunal de Contas também diz: por intermédio de ofício nº 036/2001, a IGC, em 09 de maio de 2001 solicitou à Secretaria de Estado da Fazenda os seguintes esclarecimentos: que fosse informado quais os procedimentos contábeis adotados, a legislação pertinente, de modo a amparar a exclusão de cancelamento acima referenciada, no valor de 455,6 milhões de reais. Tanto nas inscrições quanto nas baixas, que fosse informado o funcionamento das contas lançadas como valor redutor, no demonstrativo da dívida ativa, no valor de 160,2 milhões de reais, considerando que o demonstrativo da dívida ativa do exercício de 2000 foi lançado como pagamento à GR ao valor de 40,6 milhões o que caracteriza o valor efetivo recebido através das GRS. Ainda foi solicitado no Ofício nº 036/2001 IGC os seguintes esclarecimentos: que fosse informada a razão

de se lançar exclusivamente o valor de 22,2 milhões, bem como em que conta foi lançada a diferença.

Finalmente, fosse informado qual o ato legal que autorizou concessão de anistia fiscal ao valor de 77,7 milhões de reais. Até a presente data não recebemos respostas sobre as tais solicitações.

Isso mesmo, senhores deputados, até a entrega do relatório de contas do Governo do Estado essas informações importantíssimas ainda não haviam sido remetidas pelo Governo.

Mais uma vez, está descumprida a falta de transparência. Esse governo sonega informações a esta Casa, constitucionalmente responsável pela sua fiscalização. Eu mesmo consegui a aprovação de um requerimento, para que o governo explicasse onde gastou os recursos advindos da alienação de venda de artigos de ações da Copel e até agora não recebi resposta.

Fica aqui uma pergunta: como podemos aprovar contas do jeito que estão? Como poderemos apreciar o orçamento do ano que vem, que deve acontecer nos próximos dias, sem verificarmos uma análise de ilegalidades já cometidas em anos anteriores? Como aprovar recursos para fundos que não prestam contas há três anos ao TC, distribuindo a lei que regulamenta?

Senhores deputados, novamente no ano de 2000, os técnicos do TC apontam uma série de impugnações de despesas no total de 23, 5 denúncias que constam nas páginas 85 e 86 do relatório da Inspeção Geral, conforme elencamos agora. Tabela nº 40, impugnações de despesas 2000. Órgão: Agência de Fomento. Remuneração dos membros do Conselho Fiscal - em trâmite.

Chamo a atenção dos nobres colegas, para a questão em trâmite. Banestado Reflorestadora, contratação da advogada Ivete Conceição Barbosa, sem concurso - em trâmite. Banestado Reflorestadora, contratação de prestação de serviço de recursos humanos, rotinas trabalhistas com empresas Nossa Gestão de Pessoas e Serviços Ltda. - em trâmite - Banestado Reflorestadora, remuneração aos membros do Conselho da administração da Banestado S.A. Reflorestadora - em trâmite - Aquisição de imóvel com dispensa da licitação sem autorização do Conselho da Administração da Reflorestadora Banestado - em trâmite - Aquisição sem licitação de papel jornal - em trâmite - Matéria impugnada, situação Ecoparaná, pagamento de viagens, hospedagem, refeições - em trâmite - Contrato firmado com base do regulamento próprio de licitações - em trâmite - Contratação de prestação de serviços pagos com repasse efetuados pelo Governo do Estado, através do Paraná Turismo, autarquia vinculada - em trâmite - Despesa com prestação de serviço com ausência de licitação - em trâmite - Repasse à Universidade Livre do Esporte, contratação do serviço de vigilância e limpeza sem licitação - em trâmite - Preenchimento de cargos em comissão - em trâmite - Repasse ao Paranaeducação - em trâmite - Despesas com Sead - em trâmite - Locação de veículos - em trâmite - Pagamento de prestação de serviço decorrentes de contratos

irregulares de limpeza, conservação e jardinagem - em trâmite - despesa com informática, com celulares, com diversos - em trâmite.

O entendimento do TC sobre o que significa uma impugnação e no qual há um ato praticado que é lesivo ao erário público, conforme se verifica na página 77 do relatório do TC.

Conclui-se que esse governo praticou, somente em 2000, vinte e três atos que lesaram e continuam lesando o povo do Paraná. Mas o TC coloca todos os processos no seguinte andamento: em trâmite. Fui ao dicionário Aurélio para tentar entender como uma situação tão grave de lesão ao patrimônio público fica sem resposta pelo TC, que se atém apenas em informar que o processo está impugnado e está em trâmite.

De acordo com o dicionário Aurélio Buarque de Holanda, trâmite significa caminho ou atalho determinado. Pergunta-se: os processos de impugnação interpostos são atalhos para o mais rápido possível esconder as maracutaias do governo? O caminho que percorrem as prestações de contas do governo, especialmente as que têm andamento em trâmite antes de chegar a esta Casa, com certeza há um atalho entre o gabinete do TC com o gabinete do governador. Esse atalho é um atalho que não é constitucional. É um atalho que o Poder Legislativo constituído deixa muitas vezes de exercer a sua prerrogativa. Mais uma vez me revoltou com essa inércia em trâmite dos conselheiros do TC. Que atuam politicamente, tentando fazer com que esta Casa se desvirtue do seu caminho de apurar a verdade e defender o povo do Paraná.

Chega! Vamos dar um basta a esse desrespeito. Esta Casa é desrespeitada há vários anos pelos conselheiros do TC. Não diria pelos conselheiros, certas vezes por nossa própria omissão.

Todo ano são apresentados inúmeros processos de impugnação que estão em trâmite. Coincidentemente na época da apuração das contas. Nenhuma notícia é dada pelos conselheiros sobre o resultado das impugnações. E novamente vêm uma análise incompleta. Por muito menos, prefeitos respondem processos judiciais através das denúncias do TC, de contratação, sendo afastados de seus cargos. O governador já foi interpelado judicialmente pelas denúncias dessas contas? Não!

Enquanto isso, a situação financeira do Estado se agrava a cada dia. Hoje não se empenha mais, porque não se tem dinheiro para honrar os compromissos. Quantas empresas foram obrigadas a fechar as suas portas, pela inadimplência de um governo irresponsável, amparado por sete conselheiros? Visto que servem tão somente para consolidar diabolicamente esta Casa de Leis, fazendo com que os parlamentares incorram no erro.

Senhor presidente, senhores deputados, se 23 processos foram instaurados, é porque houve gravíssimo prejuízo ao povo do Paraná. Como os conselheiros podem enviar a nós, um parecer prévio, opinando pela aprovação de contas? Qual o custo que a sociedade paga,

cada vez que a expressão “em trâmite” aparece junto a uma prestação de contas, sabendo-se que no ano que vem, não teremos nenhuma resposta do andamento daquele processo?

Não vou mais permitir a situação, e conto com o apoio dos senhores companheiros deputados, que quise-rem nos ajudar nessa empreitada difícil, na defesa dos interesses e da dignidade da família paranaense.

Governador, você está se transformando num arquiteto de uma desastrosa obra, marcada pela corrupção, pela falta de princípios. Mas, todo esse mar de lama será delineado, com toda tranquilidade, nas próximas Sessões, aonde conto com a participação dos senhores deputados, num debate amplo sobre o Governo Jaime Lerner”.

Senhor presidente, senhores deputados, o discurso que acabo de ler, nesta tribuna, evidentemente não aborda as questões das empresas de economia mista independentes do Governo. Embora, algumas delas, como a Sanepar, por exemplo, que recebeu aval do Governo para contrair empréstimos, não está nessa relação de dívida.

Então, o que se analisa aqui, é a administração direta e das empresas dependentes do Governo diretamente. Agora, como o Governo tem procurado esconder a administração em número e dados, sistematicamente, inclusive, quando veio aqui prestar contas no segundo quadrimestre, afirma um número que não é verdadeiro; é possível imaginar que o Governo tenha ainda mais a esconder do povo o Paraná.

E olhe, senhores deputados, quando me refiro a números, estão aqui, são números oficiais. Não são números retirados ao nosso bel-prazer, nem tão pouco o fazemos com ódio, com briga pessoal ou qualquer coisa que nos mova contra esse ou aquele governante.

Cabe a este Parlamento e ao parlamentar, fazer esse trabalho e temos a obrigação de fiscalizar e votar, aprovar ou rejeitar as contas dos governantes. E o deputado Waldyr Pugliesi, que já foi prefeito da sua cidade, tenho certeza que a Câmara de Vereadores aprovou suas contas, porque nós sabemos, o Tribunal de Contas analisa os números e a questão contábil, mas quem rejeita ou aprova as contas de um prefeito é a Câmara de Vereadores.

O Tribunal de Contas pode dar parecer técnico prévio favorável, mas quem rejeita ou aprova as contas do Governo é a Assembléia Legislativa.

Nesse mundo globalizado, com a modernidade presente, vamos chegar à seguinte constatação: é preciso estar 100% conhecedor das finanças do Governo, do contrário não há razão para ser legislador.

Mas, senhor presidente, para encerrar, visto que fui interrompido no início, quero dizer o seguinte: amanhã, vou discutir a questão dos fundos. Este Governo criou uma série de fundos: fundo para isto, fundo para aquilo; daí não presta contas dos fundos; movimentação financeira nos fundos; da Parana Previdência, desculpe, do Desenvolvimento Urbano, por exemplo, Fundo de Desenvolvimento Urbano.

Apresento um requerimento à Mesa, solicitando informações de prestação de contas de oito fundos. Inclusive alguns tiveram receitas, só que não tiveram despesas; e se tiveram a despesa, não sabemos aonde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Horário das Lideranças.

Consulto as Lideranças do P: PL, PSL, PT, PTB, PFL.

Deputado Divanir Braz Palma.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor presidente, nobres pares, senhoras e senhores.

Apesar de afônico, senhor presidente, só gostaria de usar a tribuna para dar uma informação, que muitos deputados já têm em mãos, que é com relação à nova estrutura do Judiciário, que com certeza, esta Casa receberá em forma de projeto, e somos totalmente favoráveis às melhorias do setor judiciário, os avanços, as reciclagens, a modernidade, enfim.

Só que, senhor presidente, e em especial os deputados do interior, nós temos aqui uma emenda aditiva que poderá criar sérios problemas para a Justiça, no interior do Estado do Paraná.

Trata-se do seguinte: A questão da criação de uma entrância especial para Curitiba. Essa é uma solicitação que está sendo feita no bojo dessa reforma estrutural do Judiciário.

Na prática, senhores deputados, senhoras deputadas, só atinge diretamente as cidades de Foz, Cascavel, Maringá, Londrina e Ponta Grossa.

Essas cidades, ação de entrância especial, ou seja: os juízes chegam lá, estão na entrância especial e é o último estágio para que possam vir para o Tribunal de Alçada, e posteriormente para o Tribunal de Justiça. Acontece que, com a criação dessa entrância especial em Curitiba, automaticamente, ficaram rebaixadas as comarcas do interior; essas já citadas.

E com isso, os juízes ficarão, nobre deputado Nelson Garcia, as cidades de Foz, Cascavel, Maringá, Ponta Grossa e Londrina, como intermediárias. E os juízes terão que sair dessas cidades, virem para Curitiba para entrância especial, para depois ingressarem no Tribunal de Alçada e Tribunal de Justiça.

Isso é um retrocesso e eu diria mais, e com todo o respeito aos desembargadores, que dizem aqui na justificativa, vejam os senhores, o seguinte: a população da Comarca de Curitiba é quase igual à de todas as outras de entrância final, juntas. Em carreira hierarquizada, como a Magistratura, é recomendável que os magistrados mais experientes e preparados sejam promovidos para a Comarca de Curitiba, sem dúvida a mais importante, a maior e a mais complexa do Paraná.

Vejam os senhores que isso, no mínimo, para nós, quebra o princípio da isonomia porque, tenho certeza que

os senhores pensam da mesma forma, não é a área territorial que determina experiência, competência, capacidade, inteligência e preparo intelectual de juiz ou promotor. Os senhores sabem disso.

Então, não é por estar em Curitiba, que um juiz é mais brilhante que um juiz de Maringá, um juiz de Ponta Grossa, de Londrina, ou seja de qualquer cidade do nosso querido interior.

Agora, o detalhe que nos preocupa, não é essa questão de possível discriminação, senhor presidente, mas sim que no campo prático nós vamos ficar rebaixados, e os nossos juízes deixarão de ter esse comportamento de enraizar -se com a sua família nas cidades -pólo do interior do Paraná, e passarem por essas cidades para virem para a Capital. Isso vai dificultar, na prática, a aplicabilidade da Justiça no nosso Interior do Estado.

Por isso que faço um apelo aqui aos nobres pares, antes de dar um aparte ao nobre deputado Eli Ghellere, que nos debrucemos diante dessa reivindicação do desembargador Antonio Lopes de Noronha, que assina, para que possamos rever isso aí e evitarmos, a todo custo, que se crie essa entrância especial aqui para Curitiba, porque isso em nada vai modernizar o Judiciário, vai criar mais despesas para o Judiciário vai rebaixar as nossas Comarcas da Região do Interior e vai desestimular os nossos juízes, também que são nessas entrâncias finais e que vão ter que se submeter a vir a uma entrância especial, para Curitiba.

Concedo um aparte ao deputado Eli Ghellere.

O Sr. Eli Ghellere

Obrigado, deputado Divanir Braz Palma! Só quero me somar à preocupação que V. Exa. está tendo e dizer que realmente ela procede e que hoje nós temos, principalmente no interior do Estado, em todas as regiões do Estado, a possibilidade de um juiz iniciar a sua carreira em uma Comarca de entrância inicial, passar por uma entrância, iniciar a sua carreira em uma Comarca de entrância inicial e também passar para a entrância inicial passar por uma entrância intermediária na mesma região e também passar para a entrância final e depois vir direto ao TA-Tribunal de Alçada, e com essa alteração, o caminho para o TA passa obrigatoriamente por Curitiba. Isso vai, realmente, concentrar aqui em Curitiba, o número de juízes que interessam para o TA e vai fazer com que atrase bastante a carreira do Judiciário.

Em conversas com juízes amigos meus do interior, eles falaram que até quinze anos pode atrasar a carreira de um juiz. E a princípio, parece que vai prejudicar só as grandes cidades do interior, como é o caso de Guaruapuava, Foz do Iguaçu, Londrina, Cascavel, onde já estão em entrâncias finais, mas prejudica todas as Comarcas e entrâncias intermediárias também, porque eles terão que, obrigatoriamente, passar por Curitiba.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Efeito em cascata, nobre deputado.

O Sr. Eli Ghellere

Isso. Só quero me somar à preocupação de V. Exa. e dizer que, com certeza, esta Casa vai analisar com muita tranquilidade esse caso e, se for preciso, vamos fazer uma emenda supressiva e vamos tirar esse artigo que pretende criar essa entrância especial em Curitiba.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Obrigado, nobre deputado Eli Ghellere!

Senhor presidente, o senhor me permite só um minutinho porque eu gostaria de ouvir também o nobre deputado de Londrina.

O Sr. Antonio Carlos Belinati

Eu agradeço deputado Divanir e além das considerações que já foram aqui feitas por V. Exa. e pelo deputado Eli Ghellere, eu gostaria de observar também que, além de todas essas questões já colocadas aqui, é a questão do problema social também. Porque nós temos que pensar na família dos juízes e juízas que exercem a sua carreira no interior do Estado, muitos deles começando, por exemplo, na cidade de Ibiporã ou de Cornélio Procopio, que vão exercer a sua atividade posteriormente em Londrina e que depois têm que mudar a sua residência, mudar a sua família de lugar, para vir até Curitiba para que ele consiga então, nessa entrância especial, que é a proposta apresentada no anteprojeto discutido pelo Poder Judiciário, e trazendo esse problema social seriíssimo.

Acredito, deputado Divanir, que esse projeto vai ser bastante discutido aqui. Me somo ao seu pronunciamento e considero que o interior do Estado não é menos importante do que a Capital. Até porque, se nós analisarmos os procedimentos, os processos em uma vara intermediária de juiz único na Região Metropolitana de Curitiba, um juiz tem, em média, quinze mil processos para analisar. Veja V. Exa. Enquanto alguns juízes da própria Capital têm por volta de cinco, seis mil processos!

Então, o crime não é menos importante na capital ou no interior. É lógico que a demanda da capital é extremamente maior, porém há juízes que compensam esse montante.

Portanto, associo-me ao seu pronunciamento. Parabenizo-o pela exposição e tenho a certeza que a mobilização dos juízes e juízas do interior do Estado do Paraná vai prevalecer, e com certeza será revisto esse anteprojeto, especialmente no que diz respeito a esse artigo.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Agradeço o aparte de V. Exa., nobre deputado Belinati, e quero dizer que V. Exa. tocou em um ponto importante: a mobilização de juízes e juízas e promotores no interior do Estado é praticamente plena, total. E isso nos dá subsídios para que lutemos nesse sentido para evitar a criação dessa entrância especial, porque a própria classe de juízes e promotores estão contra.

Então, agradeço aos nobres pares, e vamos aguardar a entrada desse projeto.
Muito obrigado, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

PSDB.

(**Declina**)

PTB. Com a palavra, o deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Senhor presidente, só para deixar registrado que eu e o deputado Neivo Beraldin fizemos um projeto de fundamental importância neste Parlamento sobre a pedofilia na Internet, e estamos aguardando que o Governo coloque em prática, ao lado do Ministério Público. E graças a Deus aconteceu ontem a primeira prisão no Paraná. Um funcionário de um órgão do Governo Federal está preso pela prática da pedofilia no Estado do Paraná e também através da Internet.

Quero parabenizar a Polícia Civil do Estado do Paraná. Chegou no meu gabinete às 14h45min. uma mãe - para isso também serve o deputado, o que eu posso fazer, nós somos eleitos para atender o povo, para ajudar - uma mãe desesperada, deputados, dizendo que o marido está praticando atos sexuais com a filha de 10 anos. Eu não posso pedir que a mãe saia do meu gabinete. Imediatamente acionei a polícia. O pai foi preso agora há pouco, praticando atos libidinosos, violentos, contra uma criança de 10 anos!

Então, este Parlamento, senhores deputados, é uma Casa do povo, estamos aqui para atender o povo, cada deputado tem a sua área de trabalho, e eu me orgulho nessas horas de ser deputado da família, dos filhos do meu Estado, em poder acionar a polícia, e que a polícia tome as providências. O pai está preso, a criança já está sendo acompanhada por uma psicóloga e uma assistente social. E isso valoriza o Parlamento do Estado do Paraná.

Então, quero deixar registrado nesta tarde duas grandes operações: neste final de semana a operação do Ministério Público, onde prendeu, não sei se eu posso julgar como um ser-humano, mas talvez um anormal, deputado Nereu, deputado Zuk, senhor presidente, que praticava pedofilia com crianças na capital do Estado do Paraná, e ele pertence a um órgão federal que eu me reservo de, até o presente momento, não citar o nome, porque ele está recolhido a uma Delegacia de Polícia. E quero parabenizar, e também deixar registrado: parabéns à Polícia Civil do meu Estado que acaba de fazer a prisão de um pai que praticava atos libidinosos, com a filha de dez anos de idade.

Era só, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Liderança da oposição.

Liderança do governo.

(**Declinam**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 04 (quatro) de autoria do senhor Duílio Genari, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Luiz Fernandes da Silva LitroPARECERES, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3891, de autoria dos senhores deputados Durval Amaral, Valdir Rossoni, Ademar Traiano, Luiz Carlos Martins, Ricardo Maia e demais deputados, constante do expediente, solicitando a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por 13 (treze) membros, com prazo de duração de 120 (cento e vinte) dias, para investigar e apurar responsabilidade quanto à violência no trânsito em nosso Estado. **À Diretoria Legislativa para aguardar a instalação das demais Comissões na ordem de entrada.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 285/2000, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que orienta a implantação de Pólos Industriais e adota outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CAIC. COM EMENDA DA CF. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 039/2001, de autoria do Tribunal de Justiça - Of. nº 128/2001, que autoriza o Poder Judiciário do Estado do Paraná a destinar recursos à Escola de Magistratura do Estado do Paraná, a qual é administrada, por delegação, pela Associação dos Magistrados do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 073/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que dispõe sobre a elaboração de cadastro destinado a estudos de prevenção do câncer de mama no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CSP. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 220/2001, de autoria do deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que decreta o dia 02 de junho, Dia Estadual da Etnia Italiana. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. **Aprovado. (Publ no DA nº 073/2001, de 04/06/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 220/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, tem por objetivo decretar o dia 02 de junho, Dia da Etnia Italiana.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 09.10.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 220/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 220/2001, de autoria do deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, tem por objetivo decretar o dia 02 de junho, o Dia Estadual da Etnia Italiana.

A douta Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente ao presente projeto, nos aspectos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Esta Comissão, chamada à manifestação de acordo com o parágrafo 7º do artigo 33 do Regimento Interno, nada encontrou que pudesse obstar sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Do exposto, opina esta Comissão favoravelmente à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 13.11.2001.

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 398/2001, de autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública o "Projeto Social Ágape", com sede e foro no

município de Paranaguá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ no DA nº 117/2001, de 03/09/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 398/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Algaci Tulio, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Projeto Social Ágape, com sede e foro no município de Paranaguá.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 06.11.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 450/2001, de autoria do deputado Elio Lino Rusch, que declara de Utilidade Pública a Fundação Compubras, com sede e foro no município de Santa Terezinha de Itaipu. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ no DA nº 126/2001, de 17/09/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 450/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Elio Lino Rusch, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Fundação Compubras, com sede e foro no município de Santa Terezinha de Itaipu.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda corretiva anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

Sala das Comissões, em 06.11.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA CORRETIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 450/2001

O artigo 1º passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Compubras, com sede no município de Santa Terezinha de Itaipu e foro no município de Foz do Iguaçu.

Sala das Comissões, em 06.11.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

Apoiamento:

Orlando Pessuti.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 457/2001, de autoria do deputado Cezar Silvestri, que declara de Utilidade Pública a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Prudentópolis, com sede e foro no município de Prudentópolis. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ no DA nº 128/2001, de 18/09/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 457/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Cezar Silvestri, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Prudentópolis, com sede e foro no município de Prudentópolis.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 06.11.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 496/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que declara de Utilidade Pública o Grupo de Mulheres Saltinho, do Conjunto Tito Carneiro Leal, com sede e foro no município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ no DA nº 140/2001, de 03/10/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 496/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Grupo de Mulheres Saltinho, do Conjunto Carneiro Leal, com sede e foro no município de Londrina.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 06.11.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 500/2001, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

- APAE de Moreira Sales, com sede no município de Moreira Sales e foro no município de Goioerê. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ no DA nº 142/2001, de 08/10/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 500/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Luiz Accorsi, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Moreira Sales, com sede no município de Moreira Sales e foro no município de Goioerê.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 06.11.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 555/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Conselho Comunitário de Segurança do bairro Parolin, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ no DA nº 156/2001, de 24/10/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 555/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Conselho Comunitário de Segurança do bairro Parolin, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 06.11.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 564/2001, de autoria dos deputados Hermas Brandão e Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a Faculdade Intermunicipal do Noroeste do Paraná - Facinor, com sede no município de Loanda e a Fundação Faculdade Luiz Meneghel, do município de Bandeirantes. COM

PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 159/2001, e 29/10/2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 564/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 564/2001, de autoria do ilustre deputado Hermas Brandão, autoriza o Poder Executivo a estadualizar a Faculdade do Noroeste do Paraná - Facinor, com sede no município de Loanda e a Fundação Faculdades Luiz Meneghel, do município de Bandeirantes.

Porque o projeto é compatível com a ordem jurídica, esta Comissão é de parecer favorável à proposição.

Sala das Comissões, em 06.11.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 564/2001

P A R E C E R :

O plano em análise, de autoria dos nobres deputados Hermas Brandão e Luiz Accorsi, objetiva autorizar o Poder Executivo a estadualizar a Faculdade Intermunicipal do Noroeste do Paraná - Facinor, com sede no município de Loanda e a Fundação Faculdades Luiz Meneghel, do município de Bandeirantes.

A douta Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente ao presente projeto, nos aspectos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Esta Comissão de Educação, à qual compete a análise de mérito, manifesta-se pelo acolhimento da medida proposta, tendo em vista a importância que encerra em seu conteúdo, ao incluir as faculdades supracitadas na relação das faculdades que compõem na Universidade Estadual do Paraná.

Considerando o exposto, o parecer é favorável à aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 13.11.2001.

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. CEZAR SILVESTRI (**Para Encaminhar**)

Senhores deputados, fui autor de uma emenda na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado do Paraná, que autorizava o governo do Estado a estadualizar universidades e faculdades municipais. Infelizmente, essa emenda foi vetada pelo governador e foi mantido o veto aqui, nesta Casa. Independente disso, quero aqui declarar o meu voto, favoravelmente, ao projeto de autoria do deputado Hermas Brandão e Luiz Accorsi, e dizer que amanhã estaremos apresentando uma Emenda que possibilita, também, a estadualização da Faculdade de Agronomia e Veterinária do município de Guarapuava, para que com isso nós possamos também atingir o nosso obje-

tivo, que é de melhorar a qualidade de ensino daquela instituição municipal.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Em votação o projeto.

Os deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 3862 a 3864, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constantes do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 3846, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ALGACI TULIO

Para fazer um registro e não ficar apenas no requerimento aprovado pelo Plenário em relação à pessoa do professor, do militar, do homem que era o coronel Sydnei Lima Santos, homem que veio pelos idos de 51, para o Estado do Paraná.

Participou da criação da PUC do Paraná, do Curso Dom Bosco e criou o Colégio Tuiuti e Faculdades Tuiuti.

Nós o conhecíamos de longa data, desde a época em que ele era dirigente esportivo, presidente do Coritiba Futebol Clube. Convivemos nesta área esportiva, com seus filhos e família. Tínhamos nele uma pessoa boníssima, um homem sempre disposto a conversar, a orientar e a aconselhar. Foi uma figura que, durante o período que esteve entre todos nós, só angariou amigos, e a prova disso foi o sepultamento que aconteceu na Capela 2 do Cemitério Municipal, às 11 horas da manhã.

Lá estivemos representando a Casa, com o Deputado Anibelli. O mundo político esteve presente com deputados federais, ex-governadores, a presença de pessoas ligadas à área do esporte, mais as pessoas ligadas à área educacional. Um número extraordinário de amigos que compareceram para levar a última homenagem a esta figura extraordinária que foi o professor, o militar, o desportista, o cidadão Sydnei Lima Santos.

O Paraná perde hoje nessas três esferas: na esfera militar, um militar competente; na esfera educacional, um professor ativo e de grande importância para a educação do Paraná e na área do esporte, sem dúvida alguma, um grande dirigente do Coritiba Futebol Clube.

Fica a nossa solidariedade à família, o nosso pesar pela perda de tão importante figura humana e de homem de destaque no Estado do Paraná, professor Sydnei Lima Santos.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Requerimento nº 3847, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3848 e 3858 a 3861, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3849, de autoria do senhor deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3850, de autoria do senhor deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3854, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3855, 3856 e 3901, de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3857, de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3865, de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3866, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, com apoio do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 3867, de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3868, de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3869, de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3870, de autoria dos senhores deputados Orlando Pessuti, Antonio Anibelli, Waldyr Pugliesi, Ademir Bier, Eli Ghellere e Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 3871 e 3872, de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3873 a 3875, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3877, de autoria do senhor deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3878, de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3879 a 3886 e 3894, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3887 e 3888, de autoria do senhor deputado Neivo Beraldin, constantes do expediente. **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 3889, 3890 e 3893, de autoria do senhor deputado Marcos Isfer, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3892, de autoria do senhor deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3895 e 3896, de autoria do senhor deputado Ricardo Chab, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3902, de autoria do senhor deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3903, de autoria do senhor deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 20, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 343/2000; 019, 143, 228 e 312/2001.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 220, 398, 450, 457, 496, 500, 555 e 564/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 262/2000; 002, 042, 043, 185 e 199/2001.

Levanta-se a Sessão.